



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO 90004/2026

Alterações de 12/05/2026 em vermelho

CONTRATANTE (UASG)

Secretaria de Administração UASG 200100

OBJETO

Registro de preço para aquisição de insumos para atendimento pré-hospitalar tático (APH-T)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.372.662,55 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ~~29 de janeiro de~~ **26 de maio de 2026** às 10 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço do item/grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Apenas para os itens 16 a 22 e grupo 2



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PGEA nº 1.00.000.000987/2025-73

Torna-se público que o Ministério Público Federal, por meio da Subsecretaria de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Portaria PGR/MPU nº 158/2024 e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO 1 – DO OBJETO

- 1.1. Registro de preço para aquisição de insumos para atendimento pré-hospitalar tático (APH-T), destinados à Polícia Institucional do Ministério Público Federal, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no comprasnet e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.

SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio conforme justificativas contidas no Termo de Referência

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.6.1. Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

2.10 Será permitida a participação de pessoas físicas no certame, desde que atenda as exigências previstas no Termo de Referência, conforme IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

2.11 A licitação será exclusiva para ME's e EPP's para os itens 16 a 22 e grupo 2

SEÇÃO 3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.3.5 A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.2. A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. O valor parametrizado de acordo com este item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO 4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.3 Marca e Modelo

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme modelo do **ANEXO III**.

4.11. Proposta no comprasnet:

GRUPO 1 - (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário Máx. Aceito (R\$)	Preço Total Máx. Aceito(R\$)
1	Bolso APH-T para colete tático modular. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior	591	R\$ 155,87	R\$ 92.119,17
2	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	591	R\$ 106,06	R\$ 62.681,46
3	Torniquete tático		R\$ 327,80	R\$ 236.671,60



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	722		
4	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	722	R\$ 39,46	R\$ 28.490,12
5	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	657	R\$ 36,26	R\$ 23.822,82
6	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	624	R\$ 7,22	R\$ 4.505,28
7	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	722	R\$ 493,82	R\$ 356.538,04
8	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	755	R\$ 51,95	R\$ 39.222,25
9	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	722	R\$ 58,00	R\$ 41.876,00
10	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	624	R\$ 27,90	R\$ 17.409,60
11	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	722	R\$ 258,73	R\$ 186.803,06
12	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	722	R\$ 99,47	R\$ 71.817,34
13	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	722	R\$ 7,66	R\$ 5.530,52
14	Mochila APH-T modular táctica. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B	33	R\$ 728,90	R\$ 24.053,70



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	ou superior.			
15	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	33	R\$ 316,59	R\$ 10.447,47
TOTAL				R\$ 1.201.988,43

ITENS

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário Máx. Aceito (R\$)	Preço Total Máx. Aceito (R\$)
16	Compressa de gaze comum Produto de referência: CREMER Compressa de Gaze 13 Fios 7,5cm x 7,5cm Estéril ou similar;	350	R\$ 1,95	R\$ 682,50
17	Bolsa de calor instantâneo Produto de referência: CLICPAC Bolsa de Calor ou superior;	140	R\$ 38,01	R\$ 5.321,40
18	Gel para alívio de queimadura -Modelo de referência: BURN FREE Gel ou superior;	210	R\$ 230,31	R\$ 48.365,10
19	Tala para imobilização flexível - Modelo de referência: SAM Splint 36 inch ou superior;	105	R\$ 99,90	R\$ 10.489,50
20	Oxímetro portátil - Produto de referência: G-TECH Oxímetro de Pulso Oled Graph ou superior;	35	R\$ 110,32	R\$ 3.861,20
21	Atadura crepom Produto de referência: CREMER Atadura Crepom Cysne 06cm x 1,8m ou similar	350	R\$ 2,87	R\$ 1.004,50
22	Respirador Manual Produto de referência: MICRO BVM Pocket ou superior	35	R\$ 610,57	R\$ 21.369,95
TOTAL				R\$ 91.094,15



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

GRUPO 2 – COTA DE 25% RESERVADO PARA ME/EPP (referente ao grupo 1)

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário Máx. Aceito (R\$)	Preço Total Máx. Aceito(R\$)
23	Bolso APH-T para colete tático modular. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior	39	R\$ 155,87	R\$ 6.078,93
24	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	39	R\$ 106,06	R\$ 4.136,34
25	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	48	R\$ 327,80	R\$ 15.734,40
26	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	48	R\$ 39,46	R\$ 1.894,08
27	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	43	R\$ 36,26	R\$ 1.559,18
28	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	41	R\$ 7,22	R\$ 296,02
29	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	48	R\$ 493,82	R\$ 23.703,36
30	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	50	R\$ 51,95	R\$ 2.597,50
31	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	48	R\$ 58,00	R\$ 2.784,00
32	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	41	R\$ 27,90	R\$ 1.143,90
33	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal	48	R\$ 258,73	R\$ 12.419,04



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	- Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior			
34	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	48	R\$ 99,47	R\$ 4.774,56
35	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	48	R\$ 7,66	R\$ 367,68
36	Mochila APH-T modular tática. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior.	2	R\$ 728,90	R\$ 1.457,80
37	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	2	R\$ 316,59	R\$ 633,18
TOTAL				R\$ 79.579,97

4.11.1. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência

4.11.2. Após os lances a proposta deverá ser decomposta conforme ANEXO III

SEÇÃO 5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O modelo de disputa adotado neste certame será o **aberto e fechado**

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.24.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

5.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2. empresas brasileiras;

5.25.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

SEÇÃO 6 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

6.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

6.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** ([**MPF**
Ministério Público Federal](https://certidoes-</p></div><div data-bbox=)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

apf.apps.tcu.gov.br/), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

6.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

6.8. Será desclassificada a proposta que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.10.2 A critério do pregoeiro, motivadamente, a negociação poderá ser dispensada nos casos onde haja indícios de inexequibilidade de proposta.

6.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

6.12.2. por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.12.3. de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

6.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.14 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (**Grupo 2**), deverão ser observadas as seguintes situações:

6.14.1 primeiramente, adjudicação ao vencedor à cota principal (**Grupo 1**); ou

6.14.2 no caso de recusa do vencedor à cota principal (**Grupo 1**), esta poderá ser adjudicada aos licitantes remanescentes, observando a ordem de classificação das propostas.

6.15 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

6.15.1 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.17. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

SEÇÃO 7 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Estadual/Distrital), social e trabalhista.

7.4. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

7.4.1. A inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4.2. A inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.3. A regularidade perante a Fazenda federal, Estadual/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.4.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.4.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.4.7. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.5. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

7.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.6. Os documentos referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Estadual/Distrital), social e trabalhista, poderão ser substituídos pelo registro no SICAF.

7.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar na inabilitação do licitante. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11 O LICITANTE deverá apresentar a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela ANVISA, para as atividades relacionadas ao objeto (armazenamento, distribuição e/ou importação de produtos para saúde), em plena validade.

7.12 O LICITANTE deverá apresentar Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente (Estadual ou Municipal), em conformidade com o ramo de atividade do objeto.

7.13 Para produtos importados, o LICITANTE deverá comprovar a regularidade sanitária mediante apresentação do registro/cadastro na ANVISA. Caso o registro esteja em nome de terceiros, deverá apresentar obrigatoriamente declaração formal da pessoa jurídica detentora do registro,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

autorizando expressamente a licitante a realizar a importação e comercialização do item, nos termos da RDC nº 81/2008 e RDC nº 208/2018.

7.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

SEÇÃO 8 – DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante acesso ao portal de serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

SEÇÃO 9 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5 fraudar a licitação

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6 critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 4% incidente sobre o valor do orçamento estimado do item/grupo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 2% do orçamento do item/grupo estimado da licitação.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8, a multa será de 2% a 4% do orçamento estimado do item/grupo da licitação.

9.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.7 A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21 e na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

9.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis, caracterizará a infração do art. 155, VI da Lei 14.133/2021, sendo aplicada a sanção cominada na mesma lei.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.14. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

9.15. As sanções referentes à contratação estão dispostas no Termo de Referência **ANEXO I**

SEÇÃO 10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e os esclarecimentos serão apresentados exclusivamente por meio eletrônico designado “Peticionamento Eletrônico do MPF”.

10.2.1. O licitante interessado, deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”. Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

10.2.2. Este cadastramento deverá ser realizado por pessoa física, representante ou preposto da licitante.

10.4. Em caso de impossibilidade do cadastramento e da petição serem efetuados no peticionamento eletrônico, será excepcionalmente admitido a envio da impugnação e esclarecimento pelo e-mail pgr-licitacao@mpf.mp.br.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

SEÇÃO 11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF conforme instruções contidas na minuta da ata, anexa a este Edital.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

SEÇÃO 12 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.5 Enquanto o sistema comprasnet não estiver parametrizado para realização dos procedimentos de cadastro de reserva, o pregoeiro durante a sessão pública solicitará dos participantes, manifestação quanto ao cadastro de reserva no prazo mínimo de 24 horas.

12.5.1 Os participantes poderão enviar sua manifestação por e-mail para pgr-licitacao@mpf.mp.br escolhendo sua situação, subitem 12.1.1 ou 12.1.2.

SEÇÃO 13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.1.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.2. A CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.1.3. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

SEÇÃO 14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

14.5. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5.1 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente e para eventuais prorrogações será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.5.1.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.transparencia.mpf.mp.br.

14.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO A – Especificações Técnicas

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Modelo de Apresentação de Proposta

Brasília, data conforme assinatura digital

LEONARDO SANTOS DA COSTA

Subsecretário



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 32/2025 – ASSAPCON/SUBCORP/SA
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP**

**Art. 6º, XLI e XLV, Art. 28, I, e Art. 78, IV, da Lei nº 14.133/2021
e PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024**

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de preço para aquisição de insumos para atendimento pré-hospitalar tático (APH-T), destinados à Polícia Institucional do Ministério Público Federal, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 **As especificações técnicas dos materiais:** A solução contempla o fornecimento de três conjuntos distintos de materiais: (i) kits individuais de APH-T; (ii) mochilas de uso avançado; e (iii) itens complementares específicos, e encontram-se pormenorizadas no **Anexo A** deste Termo de Referência.

1.3 **Quantitativos:** Os quantitativos dos itens a serem adquiridos estão resumidamente apresentados na tabela abaixo:

GRUPO 1

Item	Código	Descrição	U.N	Quantidade
1	6751/ 4240/ 485643	Bolso APH-T para colete tático modular Produto de referência: WTC Porta APHTático 0521 B ou superior	un	591
2	7936	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	un	591
3	7936	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	un	722
4	19854/ 471755	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	un	722



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

5	8415/41/ 4505169	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	cx (100)	657
6	14013/ 317251	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	un	624
7	6510/ 30327/ 628232	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	pacote (1un)	722
8	30327/ 628234	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	pacote (1un)	755
9	19907/ 486826	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	un	722
10	5728/ 451593	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	un	624
11	6510/ 486831	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	un	722
12	3104/ 450521	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	un	722
13	30158/ 613767	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	un	722
14	6751/ 303377	Mochila APH-T modular tática. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior.	un	33
15	9621/ 624506	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	un	33

ITENS

Item	Código	Descrição	U.N	Quantidade
16	30275/ 622298	Compressa de gaze comum - Produto de referência: CREMER Compressa de Gaze 13 Fios 7,5cm x 7,5cm Estéril ou similar;	pacote (10un)	350
17	14219/	Bolsa de calor instantâneo - Produto de referência: CLICPAC	un	140



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	625990	Bolsa de Calor ou superior;		
18	19965/ 485862	Gel para alívio de queimadura - Modelo de referência: BURN FREE Gel ou superior;	un	210
19	2202/ 452247	Tala para imobilização flexível - Modelo de referência: SAM Splint 36 inch ou superior;	un	105
20	532/ 607402	Oxímetro portátil - Produto de referência: G-TECH Oxímetro de Pulso Oled Graph ou superior;	un	35
21	30331/ 628394	Atadura crepom Produto de referência: CREMER Atadura Crepom Cysne 06cm x 1,8m ou similar	un	350
22	11700/ 456409	Respirador Manual Produto de referência: MICRO BVM Pocket ou superior	un	35

GRUPO 2 – Cota de 25% reservado para ME/EPP (referente ao Grupo 1)

Item	Código	Descrição	U.N	Quantidade
23	6751/ 4240/ 485643	Bolso APH-T para colete tático modular Produto de referência: WTC Porta APHTático 0521 B ou superior	un	39
24	7936	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	un	39
25	7936	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	un	48
26	19854/ 471755	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	un	48
27	8415/41/4 505169	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	cx (100)	43
28	14013/ 317251	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	un	41
29	6510/ 30327/ 628232	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKCLOT Combat Z-Fold ou superior	pacote (1un)	48
30	30327/ 628234	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	pacote (1un)	50
31	19907/ 486826	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6	un	48



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

		polegadas ou superior		
32	5728/ 451593	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	un	41
33	6510/ 486831	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	un	48
34	3104/ 450521	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	un	48
35	30158/ 613767	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	un	48
36	6751/ 303377	Mochila APH-T modular tática. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior.	un	2
37	9621/ 624506	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	un	2

1.4. **Ramo de Atividade predominante da contratação:** 6515 – Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

1.5. O prazo de vigência da **ata de registro de preços** será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, **para utilização dos quantitativos inicialmente registrados e não contratados**, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. o Art. 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

1.6 **Prazo do Contrato:** O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias após o recebimento definitivo do objeto**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1 Após realizado o pagamento do material fornecido, o contrato, será considerado extinto, ainda que não tenham decorridos os 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo.

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Portaria PGR nº 85, de 27/05/2022, e Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

2.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no estudo técnico preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação, em especial quanto à “descrição da necessidade”:

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria de Segurança Institucional (SSIN) do Ministério Público Federal (MPF), conforme atribuições definidas na Portaria PGR/MPU nº 202/2022 e na Resolução CNMP nº 156/2016, atua na proteção de membros, servidores e instalações do MPF, com enfoque na prevenção, detecção e neutralização de riscos à segurança institucional. Suas ações abrangem desde escoltas e proteções pessoais até a participação em operações de alto risco, como o combate ao trabalho análogo à escravidão e o apoio em situações de calamidade.

No exercício dessas atividades, identificou-se uma lacuna crítica na capacidade de resposta a traumas físicos graves em ambiente tático, decorrente da ausência de insumos padronizados e atualizados para o Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-T). Embora o efetivo da Polícia Institucional do MPF possua capacitação técnica continuada na área, a indisponibilidade e a obsolescência dos equipamentos comprometem a efetividade da resposta emergencial em campo.

A carência de insumos específicos, como torniquetes, bandagens compressivas, selos torácicos, mantas térmicas e mochilas modulares, acarreta risco concreto à integridade física e à vida dos agentes públicos envolvidos em operações. Ressalte-se que, em 2024, foram realizadas cerca de 70 missões com potencial risco à integridade dos envolvidos, sendo 23 relacionadas ao combate ao trabalho escravo, majoritariamente em regiões remotas e de difícil acesso. No primeiro semestre de 2025, já foram executadas 34 novas missões, evidenciando a continuidade e intensidade da exposição a ambientes hostis.

Além disso, a SSIN prestou apoio em operações de grande relevância institucional, como a segurança na Cúpula dos Procuradores-Gerais do G20 (PG20), em outubro de 2024, e a proteção a comitiva da Organização das Nações Unidas (ONU), no Território Indígena Avá-Guarani. Essas ações demonstram a complexidade e o nível de exigência operacional enfrentado pelas equipes da segurança institucional.

Atualmente, os poucos equipamentos existentes encontram-se em condições precárias de uso ou são insuficientes para cobrir as demandas operacionais em âmbito nacional. Há,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

ainda, risco de incompatibilidade técnica entre os componentes disponíveis, dificultando a montagem de kits funcionais e completos para aplicação dos protocolos de APH-T.

Essa desconexão entre a capacitação técnica dos agentes e a efetiva disponibilidade de recursos materiais reduz a capacidade de resposta, compromete a segurança das operações e eleva o risco de fatalidades evitáveis.

1.2 Justificativa e Fundamentação da Necessidade

A necessidade da contratação fundamenta-se na Diretriz Nacional de APH-Tático, instituída pela Portaria MJSP nº 98/2022, que estabelece parâmetros técnicos para atendimento emergencial em ambientes operacionais de alto risco, e no dever institucional do MPF de preservar a vida e a integridade física de seus agentes públicos.

A aquisição de insumos e equipamentos padronizados visa preencher a lacuna operacional identificada, materializando o treinamento especializado em uma capacidade de resposta real, eficiente e segura em campo. A padronização e atualização dos kits de APH-T, aliados à criação de estoque estratégico para reposição contínua e programada, permitirão a sustentação da atividade fim do MPF em missões críticas, inclusive em regiões de difícil acesso.

Trata-se, portanto, de medida essencial à continuidade e efetividade da atuação institucional, com impacto direto na preservação da vida de agentes públicos e na garantia da prestação dos serviços essenciais à sociedade. A contratação ora proposta atende ao princípio da supremacia do interesse público e à busca da eficiência, pilares da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

2.2 Justificativa quanto à natureza do objeto

2.2.1 O objeto desta contratação é caracterizado como **bem comum**, conforme Art. 6, XIII da Lei 14.133/2021:

2.2.1.1. Haja vista que (i) Está disponível no mercado para contratação a qualquer momento, conforme levantamento de mercado realizado; e (ii) Possui especificações usuais, padronizadas e pré-determinadas, cuja forma de execução é objetiva e uniforme, com características pouco variáveis (a variação ocorre predominantemente nos quantitativos).

2.3 Enquadramento da contratação

2.3.1 A contratação fundamenta-se no artigo 6º, incisos XLI e XLV, no artigo 28, inciso I, e no artigo 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 158/2024.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

2.3.1.1 O Sistema de Registro de Preços é oportuno para a presente contratação nos termos do Art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, considerando:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Unidade do MPU julgar pertinente, em especial, quando:

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

2.3.1.2 Nos termos do Art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a oferta de quantitativos inferiores aos previstos na tabela do subitem 1.3;

2.3.1.3 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão do Ministério Público da União (considerando que o MPF é órgão integrante do MPU) que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 28 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.3.1.3.1 Nos termos do Art. 9º, inciso XI, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, os quantitativos eventualmente a serem adquiridos por órgãos ou entidades não participantes (por adesão), estarão sujeitos aos limites previstos no Art. 29, incisos I e II, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024:

- a) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais dos itens registrados na ata de registro de preços; e*
- b) não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

2.3.1.4 Conforme estabelecido no Art. 86, § 1º da Lei 14.133/2021, **não será necessária a realização de procedimento público de intenção de registro de preços (IRP)** já que o órgão gerenciador é o único contratante:

"Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

2.3.1.4.1 Neste caso específico, o Ministério Público Federal é o único contratante, considerando a necessidade particular da instituição em adquirir insumos para atendimento pré-hospitalar tático (APH-T). Além disso, a contratação será realizada de forma centralizada, conforme determinado pelo Art. 2º, inciso VII, da **PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024**, que estabelece:

*“VII – **contratação centralizada**: contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia consolidação das demandas indicadas por cada Unidade descentralizada do MPU, sem a necessidade de manifestação de interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços;”*

*IV - pela natureza do objeto, **não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.***

2.4 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- i) **ID PCA no PNCP:** PGRD0268/24
- ii) Data de publicação do Portal de Transparência do MPF: 16/07/2025.
- iii) Data de atualização no PNCP do PCA-2025: 16/07/2025.

2.5 Do agrupamento do objeto:

2.5.1 O agrupamento do objeto em grupos distintos, conforme descrito nos **Grupos 1 e 2**, é uma estratégia que visa otimizar o processo de contratação e assegurar a eficiência para a Administração Pública, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

2.5.2 A decisão de agrupar os itens nos mencionados grupos se baseia nos seguintes fundamentos:

- i) **Relação de Complementaridade:** Os itens de cada grupo guardam uma relação de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

complementaridade e são essenciais para a composição de kits funcionais de Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-T). A aquisição fragmentada poderia resultar em entregas incompletas e na indisponibilidade de algum componente.

ii) **Eficiência Operacional:** O agrupamento simplifica a logística de aquisição, recebimento, conferência, distribuição e montagem dos kits, resultando em economia de tempo e recursos humanos. A gestão de um número menor de contratos reduz os custos administrativos e a complexidade do processo, atendendo ao princípio da eficiência.

iii) **Aumento da Competitividade:** A aquisição de kits completos e mochilas prontas torna o certame mais atrativo para as empresas, uma vez que a possibilidade de maior ganho potencializa o interesse em participar. Isso tende a aumentar o número de licitantes e a competitividade, favorecendo a obtenção de uma proposta mais vantajosa para a Administração.

2.6 Da participação na Licitação

2.6.1 Para o **Grupo 1**, a licitação **NÃO será exclusiva** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006. No entanto, considerando o valor estimado da contratação, bem como a uniformidade dos quantitativos entre os itens, será **adotada a reserva de cota de 25%** para contratação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. Para viabilizar essa reserva, foi criado o **Grupo 2**, com quantitativos proporcionais respeitando o **limite de até 25% do quantitativo dos totais do Grupo 1**, sendo destinado exclusivamente à participação de ME/EPP.

"Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

(...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”

2.6.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (**Grupo 2**), deverão ser observadas as seguintes situações:

i. primeiramente, adjudicação ao vencedor à cota principal (**Grupo 1**); ou

ii no caso de recusa do vencedor à cota principal (**Grupo 1**), esta poderá ser adjudicada aos licitantes remanescentes, observando a ordem de classificação das propostas.

2.6.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.6.1.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6.2 Para os ITENS, a licitação será **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme dispõe o inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o valor estimado dos itens não ultrapassa o limite estabelecido nesse dispositivo.

"Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

2.6.3 Será permitida a participação de pessoas físicas no certame, desde que atenda as exigências previstas no presente Termo de Referência, conforme IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta transcende a simples aquisição de materiais, configurando-se como investimento estratégico em segurança institucional e proteção à vida no âmbito das operações realizadas pela Polícia Institucional do Ministério Público Federal (MPF). Atuando em cenários de elevada complexidade e risco — como o combate ao trabalho análogo à escravidão, operações em áreas remotas ou hostis, escoltas de autoridades e proteção de membros do MPF — os agentes necessitam de meios adequados para atendimento pré-hospitalar tático (APH-T), essencial para a preservação da vida em ocorrências traumáticas.

Dessa forma, a contratação visa estruturar os recursos de resposta emergencial imediata, fornecendo equipamentos e insumos compatíveis com a doutrina operacional vigente, permitindo o pronto emprego durante as missões institucionais.

3.1 Visão Integrada da Solução e Suporte Técnico

A solução a ser contratada adota uma abordagem híbrida e integrada, composta pelos conjuntos de materiais abaixo:

- Conjunto 1: Kits de APH-T Individuais, acopláveis ao colete tático;
- Conjunto 2: Mochilas de APH-T de uso avançado, para emprego por agentes de referência ou em situações com múltiplas vítimas;
- Conjunto 3: Itens Complementares de emergência/saúde, destinados à reposição e ao uso ampliado conforme a gravidade do evento.

A composição baseia-se em dois grupos de materiais:

Equipamentos Táticos Duráveis: como torniquetes, tesouras e mochilas modulares — de natureza resistente, reutilizável e compatível com uso em campo;

Insumos Especializados de Saúde: como selos torácicos, gazes hemostáticas e gel para queimaduras — consumíveis, com controle de validade e padrão técnico compatível com as normas de APH-T.

Todos os itens foram selecionados com base em parâmetros técnicos da Portaria MJSP nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

98/2022 e da Portaria Conjunta SENASP/SEMPI/SEGEN nº 20/2022, que orientam a padronização dos equipamentos de APH-T em âmbito nacional, garantindo a interoperabilidade e a eficiência operacional.

3.1.1 Apoio Técnico (quando aplicável):

Embora a maior parte dos equipamentos não exija manutenção especializada, espera-se que os fornecedores forneçam assistência técnica básica e garantam a funcionalidade plena dos itens adquiridos, em especial daqueles com componentes eletrônicos ou de uso sensível, como oxímetros e reanimadores manuais, quando houver.

3.2 Exigências Relacionadas à Manutenção, Substituição e Vida Útil

A contratação deverá observar critérios de durabilidade, substituição programada e sustentabilidade, conforme segue:

Durabilidade: Os equipamentos devem ser resistentes e próprios para uso em ambientes táticos adversos, com vida útil compatível com o regime de uso da Polícia Institucional.

- **Validade dos Insumos:** Os materiais consumíveis devem apresentar data de validade mínima remanescente de 12 meses no momento do recebimento, garantindo tempo hábil para seu uso.
- **Reposição:** A padronização permitirá aquisições posteriores para reposição ou ampliação, sem necessidade de reengenharia de solução.
- **Assistência Técnica:** Para os equipamentos com tecnologia embarcada (oxímetros, por exemplo), exige-se garantia mínima de 12 meses e indicação de assistência técnica autorizada, quando aplicável.
- **Descarte Ambiental:** Os itens e embalagens deverão possibilitar o descarte ambientalmente adequado, conforme orientações de sustentabilidade (itens 3.3 e 12 do ETP), preferencialmente com logística reversa.

“(…)

3.3. Critérios de Sustentabilidade e Economicidade (Ciclo de Vida):

Em alinhamento com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como os princípios de economicidade e gestão do ciclo de vida do produto previstos na Lei nº 14.133/2021, os



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

bens fornecidos devem:

- **Embalagens Sustentáveis:** Ser preferencialmente embalados com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, reciclados, atóxicos, biodegradáveis, e/ou com menor impacto ambiental em relação aos seus similares, observando a origem ambientalmente regular dos recursos naturais.
- **Processos de Fabricação:** Priorizar fornecedores que adotem tecnologias limpas e processos de fabricação que observem os requisitos ambientais para obtenção de certificação (ex: INMETRO, quando aplicável), comprovando menor impacto ambiental.
- **Durabilidade e Manutenção:** Os produtos devem apresentar durabilidade compatível com o uso intensivo em ambiente tático, buscando maximizar o tempo de vida útil e minimizar a necessidade de substituições frequentes.
- **Reutilização e Descarte:** Permitir avaliação de potencial de reutilização, e, ao final de seu ciclo de vida, possibilitar descarte ambientalmente correto ou logística reversa, quando aplicável, reduzindo impactos ambientais e custos associados ao fim da vida útil do produto.
- **Economicidade:** Os produtos, além de atenderem aos requisitos técnicos, devem apresentar uma relação custo-benefício favorável ao longo de todo o seu ciclo de vida, considerando não apenas o preço de aquisição, mas também custos de uso, manutenção, descarte e potenciais benefícios operacionais e de segurança que possam gerar economia em outras áreas.

(...)

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição e o uso dos kits individuais de Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-T) e das mochilas de atendimento tático, embora essenciais para a preservação da vida, geram resíduos sólidos inerentes à sua utilização. Por sua natureza, o objeto desta contratação não representa impactos ambientais significativos diretos no processo de aquisição em si, mas sim no consumo e descarte dos insumos.

12.1. Identificação dos Impactos Ambientais:

Os principais impactos ambientais decorrem da geração de resíduos sólidos provenientes de:

- **Embalagens:** Plásticas, de papelão ou outros materiais que acondicionam os kits e os itens individualmente (ex: embalagens de torniquetes, ataduras, gazes, cânulas, selos de tórax).
 - **Insumos de Uso Único:** Materiais consumíveis e descartáveis utilizados nos atendimentos (ex: gazes com e sem agente hemostático, luvas nitrílicas, ataduras, bandagens, selos de tórax, ampolas de gel, entre outros).
 - **Equipamentos com Fim de Vida Útil:** Itens que atingem o fim de sua vida útil ou se tornam inservíveis (ex: oxímetro portátil, reanimador manual, talas de imobilização, tesouras, etc., que podem conter componentes eletrônicos, plásticos ou metais).
- O descarte inadequado desses materiais, especialmente os insumos contaminados ou equipamentos eletrônicos, pode gerar poluição do solo, da água e do ar, além de esgotamento de recursos naturais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

12.2. Medidas Mitigadoras Exigidas das Licitantes:

Em conformidade com o art. 18, § 1º, XII, da Lei nº 14.133/2021, o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Administração exigirá das licitantes as seguintes medidas mitigadoras:

- **Embalagens Sustentáveis:**
 - *Priorização de produtos acondicionados em embalagens com o menor volume possível e que garantam a integridade e proteção dos itens durante o transporte e armazenamento.*
 - *Preferência por embalagens fabricadas com materiais recicláveis, reciclados, atóxicos e/ou biodegradáveis (ex: papelão reciclado, plástico à base de etanol de cana-de-açúcar), em consonância com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, e outras certificações aplicáveis (ex: selos de sustentabilidade).*
- **Logística Reversa:**
 - *Comprometimento com a logística reversa, conforme art. 33 da Lei nº 12.305/2010, especialmente para embalagens de produtos reutilizáveis, equipamentos eletrônicos (se aplicável), e outros materiais que exijam descarte especial após o fim de sua vida útil. Os licitantes deverão demonstrar como se dará o processo de retorno ou descarte adequado desses itens.*
- **Materiais de Origem Sustentável:**
 - *Apresentação de declaração ou certificação de que os materiais ofertados têm origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados e que seu processo de fabricação observa critérios de sustentabilidade, baixo consumo de energia e outros recursos, e segurança ambiental.*
- **Requisitos de Baixo Consumo (quando aplicável):** *Para equipamentos eletrônicos como o oxímetro portátil, a preferência será por aqueles com baixo consumo de energia e que possuam certificações de eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo de recursos.*

12.3. Compromisso da Administração:

A Administração, por sua vez, compromete-se a adotar e aprimorar continuamente as práticas de gestão de resíduos gerados pelo uso desses kits. Isso incluirá:

- **Capacitação:** *Treinamento das equipes para a correta segregação dos resíduos (comuns, infectantes, recicláveis, eletrônicos), visando o descarte apropriado de cada material.*
- **Coleta Seletiva e Destinação Adequada:** *Implementação e manutenção de pontos de coleta seletiva para as embalagens e insumos não contaminados. A destinação final dos resíduos será realizada em conformidade com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do MPF e a legislação ambiental vigente, buscando sempre a valorização dos resíduos (reciclagem, compostagem) e o descarte seguro daqueles que não podem ser reciclados.*

(...)”

3.3 Finalidade Institucional da Aquisição



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

A aquisição objetiva fortalecer a capacidade de resposta a incidentes críticos, assegurando a integridade física dos membros e servidores do MPF e de terceiros eventualmente envolvidos. A disponibilização dos kits, mochilas de APH-T e itens complementares de emergência/saúde reafirma o compromisso institucional com a preservação da vida e com a execução segura das atribuições constitucionais do MPF, mitigando riscos inerentes às atividades operacionais especializadas.

3.4 Composição da Solução Adotada

3.4.1 Conjunto 1: Kit APH-T Individual – para porte direto pelo agente

Sequência	Descrição	Quantidade por kit	Especificação
A	Bolso APH-T para colete tático modular	1	WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior
B	Porta-torniquete	1	DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior
C	Torniquete tático	1	NAR CAT® Gen7 ou superior
D	Tesoura de ponta romba	1	MD Black Edition 19cm ou superior
E	Luvas nitrílicas de procedimento	1 cx	TALGE sem talco ou similar
F	Pincel marcador permanente	1	PILOT ou similar
G	Gaze com agente hemostático	1	QUICKLOT Combat Z-Fold ou superior
H	Gaze sem agente hemostático	1	NAR Gauze Wound Packing ou superior
I	Bandagem tática	1	TACMED OLAES Modular Bandage 6" ou superior
J	Cânula nasofaríngea	1	WELL LEAD ou superior
K	Selo de tórax (combo)	1	BEACON Chest Seal Combo ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

			superior
L	Atadura elástica	1	TACMED Solutions 4" ou superior
M	Manta térmica	1	RESGATE SP ou similar

3.4.2 Conjunto 2: Mochila de APH-T Avançado – uso por equipe de referência

Sequência	Descrição	Quantidade por mochila	Especificação
N	Mochila APH-T modular tática	1	WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior
C	Torniquete tático	4	NAR CAT® Gen7 ou superior
D	Tesoura de ponta romba	4	MD Black Edition 19cm ou superior
E	Luvas nitrílicas de procedimento	2	TALGE sem talco ou similar
F	Pincel marcador permanente	1	PILOT ou similar
G	Gaze com agente hemostático	4	QUIKCLOT Combat Z-Fold ou superior
H	Gaze sem agente hemostático	5	NAR Gauze Wound Packing ou superior
I	Bandagem tática	4	TACMED OLAES Modular Bandage 6" ou superior
J	Cânula nasofaríngea	1	WELL LEAD ou superior
K	Selo de tórax (combo)	4	BEACON Chest Seal Combo ou superior
L	Atadura elástica	4	TACMED Solutions 4" ou superior
M	Manta térmica	4	RESGATE SP ou superior



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

O	Maca de extração rápida	1	WARFARE ou DESMODUS Maca Anthony ou similar
---	-------------------------	---	--

3.4.3 Conjunto 3: Itens Complementares de emergência/saúde para reforço e reposição

Sequência	Descrição	Quantidade	Especificação
P	Compressa de gaze comum	10	CREMER 13 fios 7,5x7,5cm estéril ou similar
Q	Bolsa de calor instantânea	4	CLICPAC ou similar
R	Gel para queimadura	6	BURN FREE ou superior
S	Tala flexível	3	SAM Splint 36" ou similar
T	Oxímetro portátil	1	G-TECH OLED Graph ou equivalente
U	Atadura crepom	10	CREMER 6cm x 1,8m ou similar
V	Respirador Manual	1	MICRO BVM Pocket ou superior

3.4.4 Descrição dos quantitativos TOTAIS

Sequência	Descrição	Quant. CJ. 1 (x 630)	Quant. CJ. 2 (x35)	Quant. CJ. 3 (x35)	TOTAL
A	Bolso APH-T para colete tático modular	1	-	-	630
B	Porta-torniquete	1	-	-	630
C	Torniquete tático	1	4	-	770
D	Tesoura de ponta romba	1	4	-	770
E	Luvas nitrílicas de procedimento	1 cx	2 cx	-	700
F	Pincel marcador permanente	1	1	-	665
G	Gaze com agente hemostático	1	4	-	770
H	Gaze sem agente hemostático	1	5	-	805



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

I	Bandagem tática	1	4	-	770
J	Cânula nasofaríngea	1	1	-	665
K	Selo de tórax (combo)	1	4	-	770
L	Atadura elástica	1	4	-	770
M	Manta térmica	1	4	-	770
N	Mochila APH-T modular tática	-	1	-	35
O	Maca de extração rápida	-	1	-	35
P	Compressa de gaze comum	-	-	10	350
Q	Bolsa de calor instantânea	-	-	4	140
R	Gel para queimadura	-	-	6	210
S	Tala flexível	-	-	3	105
T	Oxímetro portátil	-	-	1	35
U	Atadura crepom	-	-	10	350
V	Respirador Manual	-	-	1	35

3.5 Objetivos e Funcionalidade da Solução

- **Resposta Imediata em Campo:** Suporte vital inicial até o encaminhamento ao atendimento definitivo;
- **Padronização Nacional:** Equipamentos compatíveis com doutrina do MJSP e normas vigentes;
- **Eficiência Operacional:** Leveza, mobilidade e adaptabilidade aos equipamentos táticos dos agentes.

3.6 Aspectos Técnicos, de Garantia e Sustentabilidade

- Garantia mínima de 12 meses para todos os itens duráveis;
- Itens devem ser entregues com datas de validade compatíveis;
- Não há exigência de manutenção especializada, salvo em equipamentos com tecnologia agregada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- Fornecedores devem apresentar plano de descarte ambientalmente responsável, se aplicável.

3.7 Racionalidade Técnica e Econômica

A adoção de solução padronizada garante:

- Eficiência na logística e reposição de insumos;
- Economia de escala na aquisição e manutenção;
- Aderência à doutrina nacional, favorecendo capacitação e interoperabilidade com outros órgãos de segurança.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Subcontratação

4.1.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Consórcio

4.2.1 Não será permitida participação de licitantes em regime de consórcio, pois a realidade de mercado demonstra que existem vários fornecedores capazes de fornecer na íntegra os itens da contratação. Observa-se, portanto, que o objeto da contratação se trata de materiais de baixa complexidade, dispensando a necessidade do fornecimento por empresas reunidas em consórcio.

4.2.2. Além disso, isoladamente, os itens não representam valores unitários significativos, ou seja, são de baixo vulto.

4.2.3 O levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas individuais com capacidade técnica e econômica para fornecer a totalidade dos itens. Assim, a vedação à participação de consórcios não restringe a competitividade do certame, pois há um número suficiente de empresas aptas a competir de forma isolada.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.4 Da exigência de amostra, laudo técnico e certificações

4.4.1 Não há necessidade de apresentação de amostra para avaliação prévia do objeto e sua aceitação para adjudicação.

4.5 Sustentabilidade

4.5.1 Devem ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.5.2 A solução adotada considera todo o ciclo de vida dos bens, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º da Lei nº 12.305/2010, abrangendo desde a fabricação e aquisição até a destinação final. Para isso, deve ser observados os seguintes critérios:

- Durabilidade e confiabilidade dos equipamentos, com vistas a reduzir a necessidade de substituições frequentes e custos operacionais ao longo do tempo;
- Eficiência energética e robustez mecânica, reduzindo o consumo de energia elétrica e prolongando a vida útil dos componentes;
- Minimização de impacto ambiental, por meio da exigência de conformidade com normas técnicas que tratam da segurança e da utilização sustentável dos materiais;
- Potencial para descarte ambientalmente adequado, ao final da vida útil, por meio de políticas de logística reversa ou descarte consciente, sempre que disponíveis.

4.5.3 A presente aquisição representa uma solução institucional de longo prazo, estável, econômica e aderente às melhores práticas de gestão pública, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público (art. 11 da Lei nº 14.133/2021) e promovendo a valorização dos recursos humanos da segurança institucional.

4.5.4 Os equipamentos deverão ser produzidos com materiais de alta durabilidade e reciclabilidade, contribuindo para a redução dos impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida;

4.5.5. Priorizar o uso de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, com volume e peso reduzidos;

4.5.6 O fornecedor deverá apresentar declaração técnica do fabricante ou documentação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

comprobatória sobre as características ambientais dos produtos;

4.5.7 A contratação observa as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2021, que trata da sustentabilidade nas contratações públicas.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições e Prazos de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega observará as seguintes condições:

- a) **Grupo 1:** os itens deverão ser entregues em **até 30 (trinta) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração;
- b) **Grupo 2:** os itens deverão ser entregues em **até 30 (trinta) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração;
- c) **Itens 27 a 33:** o prazo de entrega será em **até 30 (trinta) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração.

5.1.2. Se o prazo final coincidir com feriado ou final de semana, a entrega deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente.

5.1.3. A prorrogação do prazo de entrega será admitida apenas em caso de força maior, devidamente comprovada e comunicada por escrito à CONTRATANTE com antecedência mínima de 01 (um) dia útil do vencimento do prazo original, ficando a prorrogação sujeita à anuência expressa da Administração.

5.1.4. A entrega deverá ocorrer no endereço da Procuradoria-Geral da República: SAF/SUL Quadra 4, Conjunto C – Brasília/DF – CEP 70.050-900, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, com prévio agendamento formal com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, através dos canais da COLOG/SSIN:

- Telefones: (61) 3105-6297 / 3105-6131 / 3105-6314
- E-mail: pgr-colog-ssin@mpf.mp.br

5.1.5 No que tange aos procedimentos operacionais e logísticos de entrega, após o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

recebimento dos materiais na Procuradoria-Geral da República (PGR), a disponibilização dos kits às unidades do Ministério Público Federal (MPF) será efetuada pelos agentes de polícia do MPF. Tal processo será realizado concomitantemente ao Ciclo de Treinamento anual, não acarretando quaisquer despesas extras para o MPF.

5.2 Condições de Transporte e Acondicionamento

5.2.1. Todos os equipamentos deverão ser adequadamente embalados, de modo a prevenir danos durante as operações de transporte, carga e descarga, e estar protegidos contra poeira e variações térmicas.

5.2.2. As embalagens primárias individuais dos itens devem conter, quando aplicável:

- Número do lote
- Data de fabricação

5.2.3. A integridade dos produtos será verificada no momento da entrega e condicionará o recebimento provisório dos bens, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

5.3 Especificação da garantia do objeto (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.3.1 Os kits e mochilas devem ser fornecidos com garantia **mínima de 12 meses**;

5.3.2. Não há exigência de manutenção corretiva ou preventiva especializada, exceto substituição em razão de defeitos de fabricação ou execução de garantia conforme orientação do fabricante.

6- GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. A Nota de Empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso, e a adjudicatária passa à condição de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CONTRATADA após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência (TR).

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1(um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5. Será de responsabilidade da SSIN a fiscalização técnica do contrato e acompanhamento da execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (TR), de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art.17, VI);

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- c) Recusar qualquer material/equipamento que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no termo de referência. Nesse caso, a CONTRATADA deverá retirar os materiais, produtos ou equipamentos das dependências do CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

6.7. A fiscalização contratual anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.7.2. A fiscalização contratual informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, IV);

6.8. A fiscalização contratual verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X).

6.9. A fiscalização contratual deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1 Do recebimento

7.1.1 O objeto **será recebido provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

7.1.2 O objeto **será recebido definitivamente**, mediante recibo, em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade do material e da instalação, etc.), ocasião em que se fará constar o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

atesto da Nota Fiscal / Fatura.

7.1.3. Os materiais entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-lo, a suas expensas, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data de recebimento da notificação.

7.1.3.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

7.1.4 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

7.1.5 Os materiais poderão ser recusados, dentre outros, quando entregue com especificações técnicas inferiores às previstas neste Termo de Referência.

7.2 Do Faturamento:

7.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar, **no momento da entrega do objeto**, a fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Secretaria de Administração do MPF, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no Edital de licitação.

7.2.1.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.

7.2.1.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.2.1.3. A CONTRATADA deverá entregar todos os materiais solicitados por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

7.2.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.2.4. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA eventuais valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.3 Condições de Pagamento:

7.3.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, em moeda nacional, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária, no prazo de **até 10 (dez)** dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, a ser emitida após o recebimento definitivo.

7.3.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.3.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.3.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.3.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.3.6. No pagamento do(s) material(is) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO e ITENS**.

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e valor total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme tabela abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

GRUPO 1 - (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição	UN	Quantidade	Preço unitário Máx. Aceito (R\$)	Preço Total Máx. Aceito(R\$)
1	Bolso APH-T para colete tático modular. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior	un	591	R\$ 155,87	R\$ 92.119,17
2	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	un	591	R\$ 106,06	R\$ 62.681,46
3	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	un	722	R\$ 327,80	R\$ 236.671,60
4	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	un	722	R\$ 39,46	R\$ 28.490,12
5	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	cx (100)	657	R\$ 36,26	R\$ 23.822,82
6	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	un	624	R\$ 7,22	R\$ 4.505,28
7	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	pacote (1un)	722	R\$ 493,82	R\$ 356.538,04
8	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	pacote (1un)	755	R\$ 51,95	R\$ 39.222,25
9	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	un	722	R\$ 58,00	R\$ 41.876,00
10	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula	un	624	R\$ 27,90	R\$ 17.409,60



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior				
11	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	un	722	R\$ 258,73	R\$ 186.803,06
12	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	un	722	R\$ 99,47	R\$ 71.817,34
13	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	un	722	R\$ 7,66	R\$ 5.530,52
14	Mochila APH-T modular tática. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior.	un	33	R\$ 728,90	R\$ 24.053,70
15	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	un	33	R\$ 316,59	R\$ 10.447,47
TOTAL					R\$ 1.201.988,43

ITENS

Item	Descrição	un	Quantidade	Preço unitário Máx. Aceito (R\$)	Preço Total Máx. Aceito (R\$)
16	Compressa de gaze comum Produto de referência: CREMER Compressa de Gaze 13 Fios 7,5cm x 7,5cm Estéril ou similar;	un	350	R\$ 1,95	R\$ 682,50
17	Bolsa de calor instantâneo Produto de referência: CLICPAC Bolsa de Calor ou superior;	un	140	R\$ 38,01	R\$ 5.321,40
18	Gel para alívio de queimadura -Modelo de	un	210	R\$ 230,31	R\$



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	referência: BURN FREE Gel ou superior;				48.365,10
19	Tala para imobilização flexível - Modelo de referência: SAM Splint 36 inch ou superior;	un	105	R\$ 99,90	R\$ 10.489,50
20	Oxímetro portátil - Produto de referência: G-TECH Oxímetro de Pulso Oled Graph ou superior;	un	35	R\$ 110,32	R\$ 3.861,20
21	Atadura crepom Produto de referência: CREMER Atadura Crepom Cysne 06cm x 1,8m ou similar	un	350	R\$ 2,87	R\$ 1.004,50
22	Respirador Manual Produto de referência: MICRO BVM Pocket ou superior	un	35	R\$ 610,57	R\$ 21.369,95
TOTAL					R\$ 91.094,15

GRUPO 2 – COTA DE 25% RESERVADO PARA ME/EPP (referente ao grupo 1)

Item	Descrição	U.N	Quantidade	Preço unitário Máx. Aceito (R\$)	Preço Total Máx. Aceito(R\$)
23	Bolso APH-T para colete tático modular. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior	un	39	R\$ 155,87	R\$ 6.078,93
24	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	un	39	R\$ 106,06	R\$ 4.136,34
25	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	un	48	R\$ 327,80	R\$ 15.734,40
26	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	un	48	R\$ 39,46	R\$ 1.894,08
27	Luva nitrílica de procedimento	cx	43	R\$ 36,26	R\$ 1.559,18



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	(100)			
28	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	un	41	R\$ 7,22	R\$ 296,02
29	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	pacote (1un)	48	R\$ 493,82	R\$ 23.703,36
30	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	pacote (1un)	50	R\$ 51,95	R\$ 2.597,50
31	Bandagem táctica Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	un	48	R\$ 58,00	R\$ 2.784,00
32	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	un	41	R\$ 27,90	R\$ 1.143,90
33	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	un	48	R\$ 258,73	R\$ 12.419,04
34	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	un	48	R\$ 99,47	R\$ 4.774,56
35	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	un	48	R\$ 7,66	R\$ 367,68
36	Mochila APH-T modular táctica. Produto de referência: WTC Porta APH Táctico 0521 B ou superior.	un	2	R\$ 728,90	R\$ 1.457,80
37	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Táctico Anthony ou superior	un	2	R\$ 316,59	R\$ 633,18
TOTAL					R\$ 79.579,97



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

9.1.2 O custo total estimado da contratação é de **R\$ 1.372.662,55** (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

9.2. O quantitativo informado para o presente registro de preços não configura obrigatoriedade quanto a efetivação da contratação. A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo.

9.3 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (Grupo 2), deverão ser observadas as seguintes situações:

- i. primeiramente, adjudicação ao vencedor à cota principal (Grupo 1); ou
- ii no caso de recusa do vencedor à cota principal (Grupo 1), esta poderá ser adjudicada aos licitantes remanescentes, observando a ordem de classificação das propostas.

9.3.1 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.3.2 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.4. Do Reajuste dos Preços Registrados

9.4.1 O Reajuste dos Preços encontra-se pormenorizada na Ata de Registro de Preço.

10 – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. A CONTRATADA deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, se comprometendo a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Proteção de Dados – LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

11 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

11.1 Caberá ao CONTRATANTE:

11.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

11.1.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

11.1.3 Conferir o(s) material(is) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;

11.1.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

11.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

11.1.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.7 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.2 Caberá à CONTRATADA

11.2.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto ao fornecimento do(s) material(is):



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

11.2.1.1 Planejar a execução e a supervisão do objeto;

11.2.1.2. Realizar a(s) entrega(s) do(s) material(is) na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;

11.2.1.3. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução do objeto em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;

11.2.1.4. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do objeto para análise e decisão do CONTRATANTE;

11.2.1.5. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

11.2.1.6. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

11.2.1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

11.2.1.8. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

11.2.1.9. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início do fornecimento do(s) material(is), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.1.10. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

11.3. Quanto às vedações imposta à CONTRATADA:

11.3.1. É vedado **ter em seu quadro societário cônjuge**, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

11.3.1.1. A vedação prevista no subitem 11.3.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

11.3.1.2. A vedação constante no subitem 11.3.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

11.3.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

11.4. Também não será permitido à CONTRATADA:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

11.4.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto discriminado, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

11.4.2. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

11.4.3. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

11.4.4. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, **contratar** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

11.5. Quanto às obrigações gerais da CONTRATADA:

11.5.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;

11.5.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

11.5.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

11.5.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

12.1 A contratação será formalizada mediante Nota de Empenho, podendo ser dispensado para as eventuais contratações de itens avulsos que se enquadrem nos requisitos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, ficando a Contratada sujeita às sanções, conforme prescrições abaixo:

12.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3.1. **Advertência**, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem I, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem I, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

2021).

12.4. Multa:

12.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no subitem 12.4.2;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o décimo quinto dia de mora;

12.4.2. **Multa Sancionatória após o décimo quinto dia de mora**, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de 0,5% a 1,0% para as infrações das alíneas "a", "b", "c" e "e" do subitem I, observando a dosimetria mencionada no subitem VI; e

b) multa de 1,0% a 2,0% para as infrações das alíneas "f", "g" e "h" do subitem I, observando a dosimetria mencionada no subitem VI.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Além das hipóteses do subitem 12.4.2, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.10 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

de 2013).

12.11 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Nos termos do Art. 14 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

13.2 Quando da efetivação da contratação, as despesas decorrentes correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

UG Executora: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Programa de Trabalho: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Plano de Trabalho: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Plano Interno: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Fonte: *(de cada órgão participante do registro de preços);*

Natureza da Despesa: X.X.XX.XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

KIT APH -T INDIVIDUAL e MOCHILA APH - T DE USO AVANÇADO
--

1. BOLSO APH-T PARA COLETE TÁTICO MODULAR

- 1.1 O bolso deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o transporte de equipamentos e acessórios médicos;
- 1.2 Deverá ser confeccionado em Cordura® 500D ou superior, resinado, totalmente impermeável e resistente à hidrólise de forma a oferecer proteção total contra a umidade;
- 1.3 Deve possuir na parte frontal aplicação de uma fita de Velcro® para colocação de insígnias, bandeiras ou outras especificações;
- 1.4 O bolso modular deve ser do tipo M.O.L.L.E. (*Modular Lightweight Load-Carrying Equipment*);
- 1.5 A bolsa deverá ser destacável por meio de alça na parte superior e se ligar ao sistema de fixação M.O.L.L.E. por intermédio de placa de Velcro® argola, que abrangerá toda a face posterior;
- 1.6 A bolsa deverá possuir as mesmas alças para engate do sistema M.O.L.L.E. em sua face anterior;
- 1.7 O engate do sistema "M.O.L.L.E" com a bolsa deverá possuir cadaço fita de polipropileno com medida mínima de 22,5 mm e máxima de 27,5 mm com tamanho suficiente para envolver a bolsa e se conectar por intermédio de um fecho de engate rápido arredondado com medida mínima de 22,5 mm e máxima de 27,5 mm em polímero resistente;
- 1.8 O sistema de engate M.O.L.L.E. deverá ser composto por três correias horizontais e duas fitas verticais, de fita cadaço com medida mínima de 22,5 mm e máxima de 27,5 mm e fixadas por



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

costuras do tipo travete, sendo essas últimas dobradas em 2/3 do comprimento e dotadas de botões Mundial® em latão preto para fixação à placa;

1.9 O sistema deverá possuir uma placa de fixação com as faces revestidas Cordura® 500D ou superior e as bordas fechadas com viés em cadarço 3038, com medida mínima de 18 mm e máxima de 22 mm com uma das faces revestidas com Velcro® gancho com medida mínima de 45 mm e máxima de 55 mm;

1.10 O bolso deve ser aberto através de fechos eclair YKK® ambidestros com dois cursores em metal que percorram toda a sua circunferência e puxadores em fita de poliamida ou cordel velame na ponta de cada cursor;

1.11 No acabamento interno, deverá ser aplicado um debrum com medida mínima de 22,5 mm e máxima de 27,5 mm de largura, de forma a ocultar as costuras de fechamento do bolso;

1.12 Deverá possuir internamente nichos individuais para a colocação de objetos e tiras elásticas fixadas por costura travetada;

1.12.1 Elásticos internos com medida mínima de 36 mm e máxima de 44 mm de largura formando divisórias, no mínimo três, para correto acondicionamento de materiais; e

1.12.2 No mínimo dois bolsos internos, tipo envelope, revestidos com tecido de poliamida.

1.13 Cor preta;

1.14 Dimensões com medida mínima de 15,3 cm e máxima de 18,7 cm de comprimento, com medida mínima de 9,9 cm e máxima de 12,1 cm largura e com medida mínima de 6,3 cm e máxima de 7,7 cm altura;

1.15 Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior; e

1.16 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



2. PORTA-TORNIQUETE

- 2.1 Confeccionado com fitas de poliéster ou poliamida;
- 2.2 Estrutura semirrígida com reforço interno em poliamida;
- 2.3 Sistema de ganchos e argolas: 100% poliamida;
- 2.4 Fechamento por Velcro® ou similar;
- 2.5 Fixação por sistema M.O.L.L.E. e para cinto, permitindo o uso na horizontal ou na vertical;
- 2.6 Dimensões com medida mínima de 14,9 cm e máxima de 18,2 cm de comprimento, com medida mínima de 4,5 cm e máxima de 5,5 cm largura e com medida mínima de 3,6 cm e máxima de 4,4 cm altura;
- 2.7 Aba frontal chanfrada, de fácil acesso, permitindo o rápido manuseio envolta em elástico plano de 60mm de largura
- 2.8 Lateral ajustável por elástico roliço com medida mínima de 2,25 mm e máxima de 2,8 mm;
- 2.9 Cor preta;
- 2.10 Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior; e
- 2.11 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



3. TORNIQUETE TÁTICO

- 3.1 Composto por cinta de poliamida revestida, com fechamento por Velcro® e trancamento por pressão exercida por barra de tracionamento em polímero de alta resistência;
- 3.2 O ajuste inicial, mesmo para aplicação em membros inferiores, deve permitir posterior trancamento por rotação da alavanca com apenas uma passagem simples por fivela;
- 3.3 Deve cessar 100% a hemorragia maciça nas extremidades dos membros e proporcionar ao operador sua auto aplicação;
- 3.4 Sistema único de fivela simples para o correto tracionamento que permita aplicação extremamente rápida e efetiva na remoção de folgas;
- 3.5 A aplicação deve ser simplificada e com único protocolo para todas as aplicações;
- 3.6 A fivela, de passagem simples e resistente, deve permitir a afixação e remoção do torniquete no membro de forma rápida e simples, diminuindo giros feitos na barra de tracionamento e resultando em menor perda sanguínea;
- 3.7 Dotado de entrada chanfrada bilateral, em polímero resistente, para travamento da barra de tracionamento, que suporte o tracionamento necessário para oclusão sanguínea efetiva e não devendo apresentar flexão;
- 3.8 Fita de cor cinza fixada por solda ultrassônica ao torniquete para fechamento da entrada chanfrada bilateral, após travamento da barra, com espaço para escrita a caneta;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 3.9 Deverá possuir placa de estabilização.
- 3.10 Controlar os sangramentos massivos nos membros superiores e membros inferiores;
- 3.11 Aplicação em todas as condições climáticas;
- 3.12 Livre de látex;
- 3.13 Dimensões mínimas (não afivelado e aberto): com medida mínima de 86 cm e máxima de 105 cm e com medida mínima de 3,4 cm e máxima de 4,2 cm de largura;
- 3.14 Peso mínimo de 126g e máximo de 154g;
- 3.15 Cor preta;
- 3.16 Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 3.17 Registro na Anvisa;
- 3.18 Recomendado pelo *Committee on Tactical Combat Casualty Care* *ou ter laudos de ensaios clínicos realizados por instituições de pesquisa de renome nacional ou comprovação de conformidade com a Diretriz Nacional de APH-Tático (Portaria MJSP nº 98/2022), desde que atestem a capacidade de cessação de 100% da hemorragia em membros superiores e inferiores;*
- 3.19 Possuir Conformidade Europeia (CE);
- 3.20 Produto de referência: CAT Torniquete (7ª geração); e
- 3.21 Imagem ilustrativa:



4. TESOURA DE PONTA ROMBA



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 4.1 Capacidade para cortar todos os tipos de tecidos (couro, botas, roupas de inverno pesadas, gaze e outros);
- 4.2 Lâminas afiadas, temperadas e rígidas de aço inoxidável, com borda serrilhada para cortar materiais mais resistentes;
- 4.3 Grande anel de polipropileno, para proporcionar o máximo de controle e conforto no encaixe dos dedos;
- 4.4 Cabo na cor preta;
- 4.5 Lâminas, preferencialmente, na cor preta;
- 4.6 Totalmente autoclavável à 143°C;
- 4.7 Dimensões com medida mínima de 17,1 cm e máxima de 21 cm de comprimento, 10cm a 12cm de largura e 1cm de espessura;
- 4.8 Peso: mínimo de 51,3g e máximo de 63g;
- 4.9 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 4.10 Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior; e
- 4.11 Imagem ilustrativa:



5. LUVA NITRÍLICA DE PROCEDIMENTO

- 5.1 Resistência superior a diversos tipos de produtos químicos e ações mecânicas;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 5.2 Fabricada em Nitrilo (borracha sintética), visando a eliminação das reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso.
- 5.3 Ambidestra;
- 5.4 Livre de pó bioabsorvível;
- 5.5 Superfície lisa e com microtextura na ponta dos dedos;
- 5.6 Alto grau de flexibilidade;
- 5.7 Cor azul;
- 5.8 Tamanho grande;
- 5.9 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 5.10 Registro na Anvisa;
- 5.11 Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar; e
- 5.12 Imagem ilustrativa:



6. PINCEL MARCADOR PERMANENTE

- 6.1 Ponta cônica e espessura com medida mínima de 1,8 mm e máxima de 2,2 mm;
- 6.2 Corpo com Grip emborrachado;
- 6.3 Tinta secagem rápida à base de álcool;
- 6.4 Tinta de cor preta ou vermelha;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

6.5 Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;

6.6 Imagem ilustrativa:



7. GAZE COM AGENTE HEMOSTÁTICO

7.1 Gaze hidrofílica com agente hemostático (caulim ou similar);

7.2 Deve possuir tira de duas camadas;

7.3 Dobrada em forma de “Z” para facilitar a sua aplicação;

7.4 Propriedades hemostáticas, sem produção de quaisquer reações exotérmicas;

7.5 Estéril e apirogênica;

7.6 Dimensões com medida mínima de 6,8 cm e máxima de 8,3 cm de largura e 300 a 370 cm de comprimento;

7.7 Textura macia, branca e não tecido;

7.8 ~~Tira de cor azul detectável por raios-X, para identificação~~ Tira detectável por raios-X para identificação segura em ambiente hospitalar;

7.9 Prazo de validade mínimo: 5 anos;

7.10 Acondicionado em embalagem selada a vácuo e de fácil abertura;

7.11 Registrado na Anvisa;

7.12 Recomendado pelo *Committee on Tactical Combat Casualty Care*;

7.13 Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior; e

7.14 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



8. GAZE SEM AGENTE HEMOSTÁTICO

- 8.1 Gaze de metro estéril em algodão branco destinada ao preenchimento de feridas, para controle de sangramento maciço;
- 8.2 Possibilidade de ser usada em conjunto com bandagem de agente hemostático ou em ferimentos menores;
- 8.3 Produzida em seis camadas de tecido algodão;
- 8.4 Dobrada em “Z” e embalada a vácuo para ocupar o mínimo de volume, devendo apresentar picotes na sua embalagem original para facilitar a abertura rápida;
- 8.5 Tira de cor azul detectável por raios-X, para identificação;
- 8.6 Prazo de validade mínimo: 5 anos;
- 8.7 Dimensões da Gaze: com medida mínima de 405 cm e máxima de 495 cm comprimento e 7 cm de largura;
- 8.8 Produto de referência: NAR *Gauze Wound Packing* ou superior; e
- 8.9 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



9. BANDAGEM TÁTICA

9.1 Bandagem modular de combate;

9.2 Dimensões: com medida de no mínimo 5,4 polegadas e máximo de 6,6 polegadas (~15 cm) de largura;

9.3 Compressão elástica;

9.4 Dotada de almofada para ferimento, não aderente, contendo uma única gaze (quatro camadas) removível, com medida mínima de 270 cm e máxima de 330 cm de comprimento, dobrada em “Z”, destinada ao preenchimento de feridas;

9.5 Deve possuir uma barra ou aplicador de pressão, que podem ser destacadas e usadas, preferencialmente, para proteção ocular.

9.6 Deve possuir tiras de Velcro® ou outros mecanismos similares, que impeçam que o rolo elástico se desfaça acidentalmente durante a aplicação;

9.7 As tiras de Velcro® devem fornecer superfícies de aderência, durante a aplicação, para ajudar a manter a pressão desejada e a posição da bandagem;

9.8 Deve possuir ainda, grampo para fixação ao seu final;

9.9 Embalagem a vácuo;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 9.10 Dimensões (embalagem): com medida mínima de 9 cm e máxima de 11 cm de largura, com medida mínima de 14,4 cm e máxima de 18 cm de comprimento e ~~3-em~~ com medida mínima de 2,7 cm e máxima de 3,3 cm de altura;
- 9.11 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 9.12 Livre de látex;
- 9.13 Material aprovado pelo *Committee on Tactical Combat Casualty Care, Special Operations Medical Association* e *U.S. Army's Institute of Surgical Research*;
- 9.14 Registro na Anvisa;
- 9.15 Produto de referência: TACMED OLAES *Modular Bandages* 6 polegadas ou superior; e
- 9.16 Imagem ilustrativa:



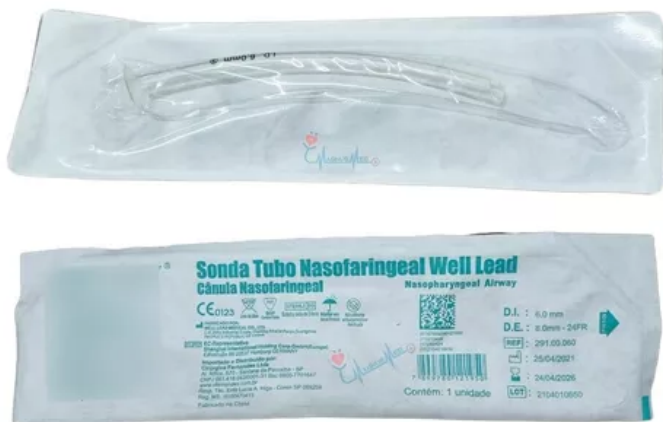
10. CÂNULA NASOFARÍNGEA

- 10.1 Dispositivo utilizado para facilitar a ventilação, mantendo as vias aéreas superiores permeáveis;
- 10.2 Fabricado em PVC medicinal macio;
- 10.3 Livre de látex;
- 10.4 Ponta distal atraumática;
- 10.5 Bisel de bordas arredondadas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- 10.6 ~~Rampa interna para direcionar a passagem da cânula nasogástrica e/ou aspiração~~ Design tubular de lúmen desobstruído para garantir o máximo fluxo de ar e permitir a aspiração de secreções, se necessário;
- 10.7 Borda proximal alargada em forma de funil para melhor posicionamento e fixação, de forma a restringir o deslocamento inadvertido da sonda, através da abertura nasal;
- 10.8 Produzida em material siliconado termolábil, permitindo que sua conformação se molde à anatomia local para uma melhor tolerância pelo paciente;
- 10.9 Apresentação estéril em embalagem individual pronta para uso imediato;
- 10.10 Validade da esterilização: mínimo cinco anos;
- 10.11 Lubrificada ou com sachê de gel lubrificante;
- 10.12 Tamanho: 28Fr ou nº 7 ou 7mm;
- 10.13 Cor verde ou azul contrastante, preferencialmente, para melhor visualização do dispositivo durante as manobras;
- 10.14 Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 10.15 Registro na Anvisa;
- 10.16 Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior; e
- 10.17 Imagem ilustrativa:





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

11. SELO DE TÓRAX

- 11.1 Selo de tórax valvulado para a prevenção, gerenciamento e tratamento de um pneumotórax aberto e/ou tensionado potencialmente causado por um trauma torácico penetrante;
- 11.2 Conjunto de dois selos para feridas, composto de no mínimo um curativo com válvula unidirecional;
- 11.3 Deve possuir superfície transparente e aderente com adesivo hidrogel;
- 11.4 Elasticidade para aderência em qualquer curvatura do corpo;
- 11.5 Apto para aplicação em situações climáticas extremas;
- 11.6 Aba de liberação para facilitar a aplicação, bem como, a remoção do adesivo;
- 11.7 Conjunto embalado no formato individual, em embalagem resistente e impermeável;
- 11.8 Produto de uso único, descartável e estéril;
- 11.9 Livre de látex;
- 11.10 Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 11.11 Registrado na Anvisa;
- 11.12 Recomendado pelo *Committee on Tactical Combat Casualty Care*;
- 11.13 Possuir Conformidade Europeia (CE);
- 11.14 Produto de referência: *BEACON Chest Seal* - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior; e
- 11.15 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



12. ATADURA ELÁSTICA

- 12.1 A atadura de compressão elástica com fixação realizada por tiras de Velcro® ou sistema similar, que impeçam o deslocamento acidental durante e após a aplicação;
- 12.2 As tiras de Velcro® ou o sistema similar, devem fornecer superfícies de aderência durante a aplicação, para ajudar a manter a pressão desejada e a posição da atadura;
- 12.3 A atadura deve possuir grampo para fixação ou sistema similar ao seu final;
- 12.4 Dimensões com medida mínima de 9 cm e máxima de 11 cm-de largura e mínimo de 160 cm de comprimento e máximo de 176 cm;
- 12.5 Livre de látex;
- 12.6 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 12.7 Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior; e
- 12.8 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



13. MANTA TÉRMICA

- 13.1 Confeccionada em polietileno aluminizado em toda sua superfície;
- 13.2 Não pode deformar;
- 13.3 Prova d'água;
- 13.4 Capaz de refletir o calor externo, mantendo o calor interno;
- 13.5 Acondicionada em embalagem compacta, de fácil abertura;
- 13.6 Dimensões com medida mínima de 126 cm e máxima de 154 cm de largura e com medida mínima de 189 cm e máxima de 231 cm de comprimento;
- 13.7 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 13.8 Registro na Anvisa;
- 13.9 Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior; e
- 13.10 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



14. MOCHILA APH-T MODULAR TÁTICA DE ATENDIMENTO EM CAMPO

14.1 Mochila confeccionada em material Cordura® 500D, fitas de poliamida e acabamento por viés e abertura por meio de fechos eclair.

14.2 Dimensões aproximadas da mochila fechada: 35cm de comprimento, 52cm de largura e 10cm de altura;

14.3 Características internas:

14.3.1 Painel de instrumentos primário: Painel em Cordura® 500D, contempla sistema de elástico cambiável e tiras em poliamida travetada, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: com medida mínima de 28,35 cm e máxima de 34,65 cm de comprimento e com medida mínima de 16,2 cm e máxima de 19,8 cm de largura;

14.3.2 Quatro bolsos utilitários: Bolso com tela aerada, Cordura® 500D, abertura por fechos eclair, acabamento com viés, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: com medida mínima de 28,8 cm e máxima de 35,2 cm de comprimento e com medida mínima de 9,45 cm e máxima de 11,55 cm de largura;

14.3.3 Dois bolsos em tela aerada, abertura por fechos eclair situado na aba do compartimento principal;

14.3.4 Bolso em Cordura® 500D na parte das costas, com Velcro® para fixação de painel de instrumentos secundário. Dimensões: com medida mínima de 34,2 cm e máxima de 41,8 cm de comprimento e com medida mínima de 28,8 cm e máxima de 35,2 cm de largura;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

14.3.5 Bolso para sistema de hidratação em cordura 500D com fechamento por fechos ecler, entre o bolso das costas. Dimensões: com medida mínima de 36,9 cm e máxima de 45,1 cm de comprimento e com medida mínima de 15,75 cm e máxima de 19,25 cm de largura;

14.3.6 Painel de instrumentos secundário: Painel em Cordura® 500D, contempla sistema de elástico travetado, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: com medida mínima de 18,4 cm e máxima de 22,5 cm de comprimento e com medida mínima de 23,4 cm e máxima de 28,6 cm de largura;

14.3.7 Bolso frontal inferior em Cordura® 500D com fechamento por fechos ecler externo e interno;

14.3.8 Painel frontal com alça para transporte fixada por Velcro®, três fitas de poliamida travetadas no sistema padrão M.O.L.L.E., Velcro® para patch de no mínimo de 7,2 cm e máximo de 8,8 cm de comprimento e com medida mínima de 4,5 cm e máxima de 5,5 cm de largura, e duas fitas de poliamida para carga adicional tipo maca com fechamento por engate rápido;

14.3.9 Alça de transporte superior em fita de poliamida;

14.3.10 Alças de ombro estofada com modelagem anatômica, em Cordura®, espuma e tela aerada 3D, sistema de soltura rápida por engates de poliamida, travamento de peito e de cintura;

14.3.11 Placas em polímero interno para maior rigidez da mochila, situadas na parte frontal e costas; e

14.3.12 Sistema modular lateral em fitas de poliamida padrão M.O.L.L.E.

14.4 Deve acompanhar quatro bolsos utilitários e um painel de instrumento extra;

14.5 Cor preta;

14.6 Produto de referência: TACOPS modelo M-9 *Assault Medical Backpack* ou DACS Mochila Tática Medical M1 *Tactical* ou superior; e

14.7 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



15. MACA DE EXTRAÇÃO RÁPIDA

15.1 Maca maleável, compacta, multiuso, empregada em extração de operadores feridos ou de equipamentos sensíveis;

15.2 Deve permitir que o operador tenha um meio de transportar uma vítima, sem levar equipamentos volumosos e excesso de peso;

15.3 Tecido em poliamida ou Cordura® lavável;

15.4 Maca, preferencialmente, na cor preta;

15.5 Dimensões da maca: mínima de 165 cm e máxima de 187 cm de comprimento e mínima de 58 cm e máxima de 77 cm de largura;

15.6 Capacidade mínima de 200 kg e máxima de 220 kg

15.7 Mínimo de oito alças de transporte, com largura mínima de 5 cm cada;

15.8 Fita central em poliamida com fivela de fricção para travamento do corpo;

15.9 Porta-maca deverá ser na cor preta e compatível com a plataforma M.O.L.L.E., para favorecer a montagem diretamente no equipamento de combate individual, seja no colete tático modular ou na mochila tática

15.10 Dimensões aproximadas do porta-maca: 26cm de comprimento, 20 cm de largura e 4cm de espessura;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

15.10.1 Fechamento por dois botões metálicos de pressão ou Velcro®, para que a maca seja extraída de modo rápido;

15.11 Peso máximo do porta ~~com~~ maca: mínimo de 720g e máximo de 800g

15.12 Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior;

15.13 Imagem ilustrativa:



ITENS COMPLEMENTARES DE EMERGÊNCIA/SAÚDE

1. COMPRESSA DE GAZE COMUM

1.1 Confeccionada em tecido 100% algodão;

1.2 Densidade: 13 fios/cm²;

1.3 Cor branca;

1.4 Isenta de impurezas e em embalagem estéril;

1.5 Oito camadas e cinco dobras;

1.6 Dimensões: mínimo de 6,75 cm e máximo de 8,25 cm de largura e com medida mínima de 6,75 cm e máxima de 8,25 cm de comprimento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

1.7 Registro na Anvisa;

1.8 Produto de referência: CREMER Compressa de Gaze 13 Fios mínimo de 6,75 cm e máximo de 8,25 cm de comprimento e com medida mínima de 6,75 cm e máxima de 8,25 cm de largura; Estéril ou similar; e

1.9 Imagem ilustrativa:



2. BOLSA DE CALOR INSTANTÂNEO

2.1 Fonte de calor instantâneo gerado por reação química;

2.2 Indicada para controle da hipotermia, alívio de contusões, entorses e dores musculares, em geral;

2.3 Dimensões mínimo de 9 cm e máximo de 11 cm de largura e medida mínima de 13,5 cm e máxima de 16,5 cm de comprimento, para também ser transportada no bolso ou no kit individual de APH-Tático.

2.4 A temperatura de aquecimento deve ficar entre 50°C e 60 °C, sendo reutilizável;

2.5 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;

2.6 Produto de referência: CLICPAC Bolsa de Calor ou superior; e

2.7 Imagem ilustrativa:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**



3. GEL PARA ALÍVIO DE QUEIMADURA

- 3.1 Sachê de hidrogel estéril para cuidados de queimaduras de 1º, 2º e 3º graus;
- 3.2 Remoção de calor, resfriamento e manutenção da umidade da ferida;
- 3.3 Peso aproximado do produto: mínimo de 3,15g e máximo de 3,85g;
- 3.4 Reutilizável;
- 3.5 Registro na Anvisa;
- 3.6 Modelo de referência: BURN FREE Gel ou superior; e
- 3.7 Imagem ilustrativa:



4. TALA PARA IMOBILIZAÇÃO FLEXÍVEL



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 4.1 Tala Moldável de alumínio homogêneo coberta por espuma lavável para uso em inúmeras variações de imobilização ortopédica;
- 4.2 Tala radiotransparente, leve e de fácil transporte;
- 4.3 Dimensões mínimo de 82,8 cm e máximo de 101,2 cm de comprimento e medida mínima de 9 cm e máxima de 11 cm de largura;
- 4.4 Deve permitir que seja cortada no tamanho desejado;
- 4.5 Três formas de rigidez conforme a sua dobradura e utilização;
- 4.6 Embalagem individual;
- 4.7 Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 4.8 Registro na Anvisa;
- 4.9 Modelo de referência: SAM Splint 36 *inch* ou superior; e
- 4.10 Imagem ilustrativa:



5. OXÍMETRO PORTÁTIL

- 5.1 O oxímetro de alta precisão a ser utilizado em paciente adulto;
- 5.2 Monitorar percentagem de saturação de oxigênio no sangue (SpO2), frequência cardíaca, curva pletismográfica e intensidade do pulso;
- 5.3 Dotado de botão liga/desliga, sistema desligamento automático após retirar o dedo e indicador de nível de bateria;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

5.4 Visor com tecnologia *OLED*, *dual color* e iluminado;

5.5 Parâmetros:

5.5.1 SpO2: faixa 0-99%, resolução 1%, precisão 80-99% ($\pm 2\%$) e 70-80% ($\pm 3\%$); e

5.5.2 Frequência Cardíaca: faixa 0-254 bpm, resolução 1bpm, precisão ± 2 bpm ou 2%.

5.6 Alimentação por duas pilhas Alcalinas tipo AAA 1,5Volts (inclusas), consumo de energia inferior a 25 mA e tempo de operação normal de 30h;

5.7 Dimensões mínimo de 54 mm e máximo de 66 mm de comprimento, medida mínima de 27 mm e máxima de 33 mm de largura e medida mínima de 27 mm e máxima de 33 mm de altura;

5.8 Peso: mínimo de 90g e máximo de 110g;(incluindo as pilhas);

5.9 Acessórios:

5.9.1 Estojo para armazenamento;

5.9.2 Cordão de transporte;

5.9.3 Capa protetora em silicone;

5.10 Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;

5.11 Registro na Anvisa;

5.12 Garantia mínima: Um ano;

5.13 Produto de referência: G-TECH Oxímetro de Pulso *Oled Graph* ou superior; e

5.14 Imagem ilustrativa:



6. ATADURA CREPOM



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 6.1 Constituída de uma faixa contínua de tecido, 100% algodão;
- 6.2 Propriedades elásticas;
- 6.3 Apresentada em formato de rolo;
- 6.4 Dimensões: mínimo de 5,4 cm e máximo de 6,6 cm de largura e medida mínima de 162 cm e máxima de 198 cm de comprimento, em repouso;
- 6.5 Gramatura 18g/m² ou densidade de 13 fios/cm²;
- 6.6 Deformação máxima de 50%;
- 6.7 Conformidade com a ABNT NBR 14056;
- 6.8 Registro na Anvisa;
- 6.9 Produto de referência: CREMER Atadura Crepom Cysne de no mínimo 5,4 cm e máximo de 6,6 cm x no mínimo 1,62 m e no máximo 1,98 m ou similar; e
- 6.10 Imagem ilustrativa:



7. REANIMADOR MANUAL

- 7.1 Máscara respiratória compacta;
- 7.2 Dispositivo de bolsa-válvula-máscara (BVM) compacto;
- 7.3 Design dobrável que permite encaixá-lo em um estojo compacto;
- 7.4 Composto por embalagem plástica rígida, máscara, válvula do paciente, bolsa reservatório e linha de acionamento de oxigênio;
- 7.5 Material: Silicone de grau médico;
- 7.6 Dimensões embalado: mínimo de 6,3 cm e máximo de 7,7 cm de altura, medida mínima de 11,97 cm e máxima de 14,63 cm de diâmetro;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 7.7 Volume do Ressuscitador: mínimo de 1440 mL e máximo de 1760 mL;
- 7.8 Faixa de massa corporal: mínimo de 40 kg e máximo de 44 kg;
- 7.9 Válvula PEEP: conexão macho de no mínimo 27mm e no máximo 33mm;
- 7.10 Volume da bolsa reservatório: mínimo de 2340 mL e máximo de 2860 mL;
- 7.11 Uso em adulto;
- 7.12 Peso: mínimo de 433g e máximo de 530g;
- 7.13 Validade mínima: 5 anos;
- 7.14 Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;
- 7.15 Registro na Anvisa;
- 7.16 Produto de referência: MICRO BVM *Pocket* ou superior; e
- 7.17 Imagem ilustrativa:





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº: 9XXX/2025

PROCESSO N.º 1.00.000.000987/2025-73

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA N°.: 9xxxx/2026

A PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA – PGR, como órgão gerenciador, localizada no Edifício-sede, Bloco “B”, 2º andar, sala 203 situada na SAF - Sul, Quadra 04, conjunto “C”, Brasília-DF, nos termos das Leis nºs. 14.133/2021, artigos 82 a 86, Portaria PGR/MPU nº 158, de 27 de setembro de 2024, e demais normas aplicáveis, conforme a classificação das propostas vencedoras do Pregão, devidamente homologadas, RESOLVE registrar o preço oferecido pela empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cuja proposta foi classificada no certame acima numerado.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Registro de preço para aquisição de insumos para atendimento pré-hospitalar tático (APH-T), destinados à Polícia Institucional do Ministério Público Federal, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1(um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, **para utilização dos quantitativos inicialmente registrados e não contratados**, desde que comprovado



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.2. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula IX, conforme definido no Pregão.

2.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão.

2.4. O preço a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão pela (s) empresa (s) detentora(s) da presente Ata, a(s) qual(is) também a integra(m).

2.5. Será incluído na presente Ata, se for o caso, o registro da(s) empresa(s) que **aceitar(em) cotar os serviços com preço igual ao do licitante vencedor** na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação desses licitantes deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. Será incluído na presente Ata, se for o caso, o registro da(s) empresa(s) que **mantiver(em) sua proposta original** na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação desses licitantes deverá ser respeitada nas contratações.

CLÁUSULA III – DAS PENALIDADES

3.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

3.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da Lei 14.133 de 2021.

3.3. Compete ao **órgão gerenciador** aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, **as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório** e registrá-las no SICAF (Portaria PGR/MPU nº 158/2024, Art. 5º, inciso XIII);

CLÁUSULA IV – DA ADESÃO E UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão do Ministério Público da União (considerando que o MPF é órgão integrante do MPU) que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 28 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, conforme item 2.3.1.3;

4.2. Nos termos do Art. 9º, inciso XI, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, os quantitativos eventualmente a serem adquiridos por órgãos ou entidades não participantes (por adesão), estarão sujeitos aos limites previstos no Art. 29, incisos I e II, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024:

- a) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados na ata de registro de preços; e
- b) não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA V – DA AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

5.1. As contratações advindas da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelos ordenadores de despesa da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal - MPF.

5.1.1. **A contratação do objeto desta ata exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão, nos termos estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

5.2. Caso a empresa registrada seja convocada para assinar contrato, retirar a nota de empenho ou autorização de fornecimento ou outro documento hábil de contratação e não atender no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, poderá sofrer as penalidades definidas na Lei 14.133 de 2021;

5.3. O contrato ou nota de empenho referente às contratações deverão ser assinadas dentro do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA VI – DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E REAJUSTES DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Nos termos do Art. 22 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, o(s) preço(s) registrado(s) poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o(s) preços **registrados(s)**, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Os preços inicialmente registrados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado do orçamento em **18/09/2025**.

6.1.3.1. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no Subitem 6.1.3, o órgão Gerenciador da ata de registro de preços deverá iniciar o procedimento para reajuste do(s) valor(es) registrados, mediante a aplicação do **índice IPCA/IBGE**, exclusivamente para os quantitativos não contratados após a ocorrência da anualidade, cientificando a empresa beneficiária da ata de registro de preços do início da instrução.

6.1.3.2. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3.3. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo órgão Gerenciador da ata de registro de preços, compete à empresa beneficiária da ata de registro de preços solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a empresa suportar o ônus da ausência do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

reajuste em período equivalente à sua inércia.

6.1.3.4. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no Subitem 6.1.3.1, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da empresa beneficiária da ata de registro de preços, do percentual a ser reajustado.

6.1.3.4.1. Em caso de ausência de manifestação da empresa beneficiária da ata de registro de preços sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo órgão Gerenciador da ata de registro de preços.

6.1.3.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o órgão Gerenciador da ata de registro de preços procederá ao reajuste adotando a última variação conhecida, procedendo à complementação da diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.1.3.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.1.3.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.3.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.

6.1.3.9. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ao registro de preços.

6.1.3.10. As disposições previstas nesta Ata, para o reajuste dos preços registrados, não impedem a negociação entre as partes

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, **por motivo superveniente**, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, aplicando-se, se for o caso, as disposições previstas no Art. 23 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

gerenciador a alteração do preço registrado, **mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso**, aplicando-se, se for o caso, as disposições previstas no Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

CLÁUSULA VII – DO CANCELAMENTO DA ATA E DO REGISTRO

7.1. Nos termos do Art. 25 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, poderá ensejar o cancelamento do registro de preços a empresa **beneficiária da ARP** que:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público ou.
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do Art. 23 e no § 4º do Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata: o Edital do Pregão e seus Anexos, a proposta da empresa classificada no certame supranumerado.

8.2. Nos termos do Art. 15, inciso II, §§ 1º e 2º, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, segue em ANEXO a esta ata a relação dos fornecedores disponíveis no cadastro reserva;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

1	Bolso APH-T para colete tático modular - O bolso deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o transporte de equipamentos e acessórios médicos; Deverá ser confeccionado em Cordura® 500D ou superior, resinado, totalmente impermeável e resistente à hidrólise de forma a oferecer proteção total contra a umidade; Deve possuir na parte frontal aplicação de uma fita de Velcro® para colocação de insígnias, bandeiras ou outras especificações; O bolso modular deve ser do tipo M.O.L.L.E. (<i>Modular Lightweight Load-Carrying Equipment</i>) ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	591		
2	Porta-torniquete - Confeccionado com fitas de poliéster ou poliamida; Estrutura semirrígida com reforço interno em poliamida; Sistema de ganchos e argolas: 100% poliamida; Fechamento por Velcro® ou similar; Fixação por sistema M.O.L.L.E. e para cinto, permitindo o uso na horizontal ou na vertical; Dimensões aproximadas: 16,5cm de comprimento, 5,0cm de largura e 4,0cm de altura; Aba frontal chanfrada, de fácil acesso, permitindo o rápido manuseio envolta em elástico plano de 60mm de largura Lateral ajustável por elástico roliço de 2,5 mm; Cor preta...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	591		
3	Torniquete tático - Composto por cinta de poliamida revestida, com fechamento por Velcro® e trancamento por pressão exercida por barra de tracionamento em polímero de alta resistência; O ajuste inicial, mesmo para aplicação em membros inferiores, deve permitir posterior trancamento por rotação da alavanca com apenas uma passagem simples por fivela; Deve cessar 100% a hemorragia maciça nas extremidades dos membros e proporcionar ao operador sua auto aplicação; Sistema único de fivela simples para o correto traciona-mento que permita aplicação extremamente rápida e efetiva na remoção de folgas ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	722		
4	Tesoura de ponta romba - Capacidade para cortar todos os tipos de tecidos (couro, botas, roupas de inverno pesadas, gaze e outros); Lâminas afiadas, temperadas e rígidas de aço inoxidável, com borda serrilhada para cortar materiais mais resistentes; Grande anel de polipropileno, para proporcionar o máximo de controle e conforto no encaixe dos dedos; Cabo na cor preta; Lâminas, preferencialmente, na cor preta; Totalmente autoclavável à 143°C; Dimensões aproximadas: 19cm de comprimento, 10cm a 12cm de largura e 1cm de espessura; Peso: 57g; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP).	Und.	722		
5	Luva nitrílica de procedimento - Resistência superior a diversos tipos de produtos químicos e ações mecânicas; Fabricada em Nitrilo (borracha sintética), visando a eliminação das reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta	Caixa (100)	657		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	resistência durante o uso. Ambidestra; Livre de pó bioabsorvível; Superfície lisa e com microtextura na ponta dos dedos; Alto grau de flexibilidade; Cor azul; Tamanho grande; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)				
6	Pincel marcador - Ponta cônica e espessura 2mm; Corpo com Grip emborrachado; Tinta secagem rápida à base de álcool; Tinta de cor preta ou vermelha...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP).	Und.	624		
7	Gaze com agente hemostático - Gaze hidrofílica com agente hemostático (caulim ou similar); Deve possuir tira de duas camadas; Dobrada em forma de “Z” para facilitar a sua aplicação; Propriedades hemostáticas, sem produção de quaisquer reações exotérmicas; Estéril e apirogênica; Dimensões aproximadas: 7,5 cm de largura e 300 a 370 cm de comprimento; Textura macia, branca e não tecido; Tira de cor azul detectável por raios-X, para identificação; Prazo de validade mínimo: 5 anos; Acondicionado em embalagem selada a vácuo e de fácil abertura; Registrado na Anvisa; ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)		722		
8	Gaze sem agente hemostático - Gaze de metro estéril em algodão branco destinada ao preenchimento de feridas, para controle de sangramento maciço; Possibilidade de ser usada em conjunto com bandagem de agente hemostático ou em ferimentos menores; Produzida em seis camadas de tecido algodão; Dobrada em “Z” e embalada a vácuo para ocupar o mínimo de volume, devendo apresentar picotes na sua embalagem original para facilitar a abertura rápida; Tira de cor azul detectável por raios-X, para identificação; Prazo de validade mínimo: 5 anos; Dimensões aproximadas da Gaze: 450 cm comprimento e 7 cm de largura...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)		755		
9	Bandagem tática - Bandagem modular de combate; Dimensões: 6 polegadas (~15 cm) de largura; Compressão elástica; Dotada de almofada para ferimento, não aderente, contendo uma única gaze (quatro camadas) removível, com aproximadamente 300 cm de comprimento, dobrada em “Z”, destinada ao preenchimento de feridas; Deve possuir uma barra ou aplicador de pressão, que podem ser destacadas e usadas, preferencialmente, para proteção ocular. Deve possuir tiras de Velcro® ou outros mecanismos similares, que impeçam que o rolo elástico se desfaça acidentalmente durante a aplicação...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	722		
10	Cânula nasofaríngea - Dispositivo utilizado para facilitar a ventilação, mantendo as vias aéreas superiores permeáveis; Fabricado em PVC medicinal macio; Livre de látex; Ponta distal	Und.	624		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	atraumática; Bisel de bordas arredondadas; Rampa interna para direcionar a passagem da cânula nasogástrica e/ou aspiração; Borda proximal alargada em forma de funil para melhor posicionamento e fixação, de forma a restringir o deslocamento inadvertido da sonda, através da abertura nasal; Produzida em material siliconado termolábil, permitindo que sua conformação se molde à anatomia local para uma melhor tolerância pelo paciente...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)				
11	Selo de tórax - Selo de tórax valvulado para a prevenção, gerenciamento e tratamento de um pneumotórax aberto e/ou tensionado potencialmente causado por um trauma torácico penetrante; Conjunto de dois selos para feridas, composto de no mínimo um curativo com válvula unidirecional; Deve possuir superfície transparente e aderente com adesivo hidrogel; Elasticidade para aderência em qualquer curvatura do corpo; Apto para aplicação em situações climáticas extremas; Aba de liberação para facilitar a aplicação, bem como, a remoção do adesivo; Conjunto embalado no formato individual, em embalagem resistente e impermeável; Produto de uso único, descartável e estéril...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	722		
12	Atadura elástica - A atadura de compressão elástica com fixação realizada por tiras de Velcro® ou sistema similar, que impeçam o deslocamento acidental durante e após a aplicação; As tiras de Velcro® ou o sistema similar, de-vem fornecer superfícies de aderência durante a aplicação, para ajudar a manter a pressão desejada e a posição da atadura; A atadura deve possuir grampo para fixação ou sistema similar ao seu final; Dimensões aproximadas: 10cm de largura e mínimo de 160 cm de comprimento; Livre de látex; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	722		
13	Manta térmica - Confeccionada em polietileno aluminizado em toda sua superfície; Não pode deformar; Prova d'água; Capaz de refletir o calor externo, mantendo o calor interno; Acondicionada em embalagem compacta, de fácil abertura; Dimensões aproximadas: 140 cm de largura e 210 cm de comprimento; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	722		
14	Mochila APH-T modular tática - Mochila confeccionada em material Cordura® 500D, fitas de poliamida e acabamento por viés e abertura por meio de fechos eclipse. Dimensões aproximadas da mochila fechada: 35cm de comprimento, 52cm de largura e 10cm de altura; Características internas: Painel de instrumentos primário: Painel em Cordura® 500D, contempla sistema de elástico		33		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	cambiável e tiras em poliamida travetada, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: 31,5 cm de comprimento e 18,0 cm de largura; Quatro bolsos utilitários: Bolso com tela aerada, Cordura® 500D, abertura por fechos eclair, acabamento com viés, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: 32,0cm de comprimento e 10,5cm de largura; Dois bolsos em tela aerada, abertura por fechos eclair situado na aba do compartimento principal;...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und			
15	Maca de extração rápida - Maca maleável, compacta, multiuso, empregada em extração de operadores feridos ou de equipamentos sensíveis; Deve permitir que o operador tenha um meio de transportar uma vítima, sem levar equipamentos volumosos e excesso de peso; Tecido em poliamida ou Cordura® lavável; Maca, preferencialmente, na cor preta; Dimensões da maca: 165 a 170 cm de comprimento e 58 a 70 cm de largura; Capacidade mínima: 200 kg de carga; Mínimo de oito alças de transporte, com largura mínima de 5 cm cada; Fita central em poliamida com fivela de fricção para travamento do corpo; Porta-maca deverá ser na cor preta e compatível com a plataforma M.O.L.L.E., para favorecer a montagem diretamente no equipamento de combate individual, seja no colete tático modular ou na mochila tática...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und	33		
VALOR TOTAL REGISTRADO (R\$):					

ITENS

Item	Descrição	U.M.	Qtd.	Preço unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
16	Compressa de gaze comum - Confeccionada em tecido 100% algodão; Densidade: 13 fios/cm²; Cor branca; Isenta de impurezas e em embalagem estéril; Oito camadas e cinco dobras; Dimensões: 7,5cm de largura e 7,5cm de comprimento; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Pacote (10 und)	350		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

17	Bolsa de calor instantâneo - Fonte de calor instantâneo gerado por reação química; Indicada para controle da hipotermia, alívio de contusões, entorses e dores musculares, em geral; Dimensões aproximadas: 10 cm de largura e 15 cm de comprimento, para também ser transportada no bolso ou no kit individual de APH-Tático. A temperatura de aquecimento deve ficar entre 50°C e 60 °C, sendo reutilizável; acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	140		
18	Gel para alívio de queimadura - Sachê de hidrogel estéril para cuidados de queimaduras de 1º, 2º e 3º graus; Remoção de calor, resfriamento e manutenção da umidade da ferida; Peso aproximado do produto: 3,5g; Reutilizável; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	210		
19	Tala para imobilização flexível - Tala Moldável de alumínio homogêneo coberta por espuma lavável para uso em inúmeras variações de imobilização ortopédica; Tala radiotransparente, leve e de fácil transporte; Dimensões aproximadas: 92cm de comprimento e 10cm de largura; Deve permitir que seja corta da no tamanho desejado; Três formas de rigidez conforme a sua dobradura e utilização; Embalagem individual; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	105		
20	Oxímetro portátil - . O oxímetro de alta precisão a ser utilizado em paciente adulto; Monitorar percentagem de saturação de oxigênio no sangue (SpO2), frequência cardíaca, curva pletismográfica e intensidade do pulso; Dotado de botão liga/desliga, sistema desligamento automático após retirar o dedo e indicador de nível de bateria; Visor com tecnologia OLED, dual color e iluminado; Parâmetros: SpO2: faixa 0-99%, resolução 1%, precisão 80-99% (±2%) e 70-80% (±3%); e Frequência Cardíaca: faixa 0-254 bpm, resolução 1bpm, precisão ±2 bpm ou 2%. Alimentação por duas pilhas Alcalinas tipo AAA 1,5Volts (inclusas), consumo de energia inferior a 25 mA e tempo de operação normal de 30h; Dimensões aproximadas: 60mm de comprimento, 30mm de largura e 30mm de altura; Peso: até 100g (incluindo as pilhas); Acessórios: Estojo para armazenamento; Cordão de transporte; Capa protetora em silicone; Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa; Garantia mínima: Um ano ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	35		
21	Atadura crepom - Constituída de uma faixa contínua de tecido, 100% algodão; Propriedades elásticas; apresentada em formato de	Und.	350		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	rolo; Dimensões: 6,0cm de largura e 180cm de comprimento, em repouso; Gramatura 18g/m ² ou densidade de 13 fios/cm ² ; Deformação máxima de 50%; Conformidade com a ABNT NBR 14056; Registro na Anvisa;...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)				
22	Respirador Manual - Máscara respiratória compacta; Dispositivo de bolsa-válvula-máscara (BVM) compacto; Design dobrável que permite encaixá-lo em um estojo compacto; Composto por embalagem plástica rígida, máscara, válvula do paciente, bolsa reservatório e linha de acionamento de oxigênio; Material: Silicone de grau médico; Dimensões embalado: 7cm de altura e 13,3 cm de diâmetro; Volume do Ressuscitador: 1600mL; Faixa de massa corporal: Acima de 40 kg; Válvula PEEP: conexão macho 30mm; Volume da bolsa reservatório: 2600ml; Uso em adulto; Peso: 482g; Validade mínima: 5 anos; Acondicionado na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa;...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	35		
VALOR TOTAL REGISTRADO (R\$):					

GRUPO 2 – Cota de até 25% reservada para ME/EPP (referente ao Grupo 1):

Item	Descrição	U.M.	Qtd.	Preço unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
23	Bolso APH-T para colete tático modular - O bolso deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o transporte de equipamentos e acessórios médicos; Deverá ser confeccionado em Cordura® 500D ou superior, resinado, totalmente impermeável e resistente à hidrólise de forma a oferecer proteção total contra a umidade; Deve possuir na parte frontal aplicação de uma fita de Velcro® para colocação de insígnias, bandeiras ou outras especificações; O bolso modular deve ser do tipo M.O.L.L.E. (<i>Modular Lightweight Load-Carrying Equipment</i>) ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	39		
24	Porta-torniquete - Confeccionado com fitas de poliéster ou poliamida; Estrutura semirrígida com reforço interno em poliamida; Sistema de ganchos e argolas: 100% poliamida; Fechamento por Velcro® ou similar; Fixação por sistema M.O.L.L.E. e para cinto, permitindo o uso na horizontal ou na vertical; Dimensões aproximadas: 16,5cm de comprimento, 5,0cm de largura e 4,0cm de altura; Aba frontal chanfrada, de fácil acesso, permitindo o rápido manuseio envolta em elástico plano de 60mm de largura Lateral ajustável por elástico roliço de 2,5 mm; Cor preta...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e	Und.	39		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	termo de homologação do pregão no PNCP)				
25	Torniquete tático - Composto por cinta de poliamida revestida, com fechamento por Velcro® e trancamento por pressão exercida por barra de tracionamento em polímero de alta resistência; O ajuste inicial, mesmo para aplicação em membros inferiores, deve permitir posterior trancamento por rotação da alavanca com apenas uma passagem simples por fivela; Deve cessar 100% a hemorragia maciça nas extremidades dos membros e proporcionar ao operador sua auto aplicação; Sistema único de fivela simples para o correto traciona-mento que permita aplicação extremamente rápida e efetiva na remoção de folgas ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	48		
26	Tesoura de ponta romba - Capacidade para cortar todos os tipos de tecidos (couro, botas, roupas de inverno pesadas, gaze e outros); Lâminas afiadas, temperadas e rígidas de aço inoxidável, com borda serrilhada para cortar materiais mais resistentes; Grande anel de polipropileno, para proporcionar o máximo de controle e conforto no encaixe dos dedos; Cabo na cor preta; Lâminas, preferencialmente, na cor preta; Totalmente autoclavável à 143°C; Dimensões aproximadas: 19cm de comprimento, 10cm a 12cm de largura e 1cm de espessura; Peso: 57g; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP).	Und.	48		
27	Luva nitrílica de procedimento - Resistência superior a diversos tipos de produtos químicos e ações mecânicas; Fabricada em Nitrilo (borracha sintética), visando a eliminação das reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Ambidestra; Livre de pó bioabsorvível; Superfície lisa e com microtextura na ponta dos dedos; Alto grau de flexibilidade; Cor azul; Tamanho grande; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Caixa (100)	43		
28	Pincel marcador - Ponta cônica e espessura 2mm; Corpo com Grip emborrachado; Tinta secagem rápida à base de álcool; Tinta de cor preta ou vermelha...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP).	Und.	41		
29	Gaze com agente hemostático - Gaze hidrofílica com agente hemostático (caulim ou similar); Deve possuir tira de duas camadas; Dobrada em forma de “Z” para facilitar a sua aplicação; Propriedades hemostáticas, sem produção de quaisquer reações exotérmicas; Estéril e apirogênica; Dimensões aproximadas: 7,5 cm de largura e 300 a 370 cm de comprimento; Textura macia, branca e não tecido; Tira de cor azul detectável por raios-X, para identificação; Prazo de validade mínimo: 5 anos; Acondicionado em embalagem selada a vácuo e de fácil abertura; Registrado na	Und	48		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Anvisa; ...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)				
30	Gaze sem agente hemostático - Gaze de metro estéril em algodão branco destinada ao preenchimento de feridas, para controle de sangramento maciço; Possibilidade de ser usada em conjunto com bandagem de agente hemostático ou em ferimentos menores; Produzida em seis camadas de tecido algodão; Dobrada em “Z” e embalada a vácuo para ocupar o mínimo de volume, devendo apresentar picotes na sua embalagem original para facilitar a abertura rápida; Tira de cor azul detectável por raios-X, para identificação; Prazo de validade mínimo: 5 anos; Dimensões aproximadas da Gaze: 450 cm comprimento e 7 cm de largura...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und	50		
31	Bandagem táctica - Bandagem modular de combate; Dimensões: 6 polegadas (~15 cm) de largura; Compressão elástica; Dotada de almofada para ferimento, não aderente, contendo uma única gaze (quatro camadas) removível, com aproximadamente 300 cm de comprimento, dobrada em “Z”, destinada ao preenchimento de feridas; Deve possuir uma barra ou aplicador de pressão, que podem ser destacadas e usadas, preferencialmente, para proteção ocular. Deve possuir tiras de Velcro® ou outros mecanismos similares, que impeçam que o rolo elástico se desfaça acidentalmente durante a aplicação...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	48		
32	Cânula nasofaríngea - Dispositivo utilizado para facilitar a ventilação, mantendo as vias aéreas superiores permeáveis; Fabricado em PVC medicinal macio; Livre de látex; Ponta distal atraumática; Bisel de bordas arredondadas; Rampa interna para direcionar a passagem da cânula nasogástrica e/ou aspiração; Borda proximal alargada em forma de funil para melhor posicionamento e fixação, de forma a restringir o deslocamento inadvertido da sonda, através da abertura nasal; Produzida em material siliconado termolábil, permitindo que sua conformação se molde à anatomia local para uma melhor tolerância pelo paciente...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	41		
33	Selo de tórax - Selo de tórax valvulado para a prevenção, gerenciamento e tratamento de um pneumotórax aberto e/ou tensionado potencialmente causado por um trauma torácico penetrante; Conjunto de dois selos para feridas, composto de no mínimo um curativo com válvula unidirecional; Deve possuir superfície transparente e aderente com adesivo hidrogel; Elasticidade para aderência em qualquer curvatura do corpo; Apto para aplicação em situações climáticas extremas; Aba de liberação para facilitar a aplicação, bem como, a remoção do adesivo; Conjunto embalado no formato individual, em embalagem resistente e impermeável; Produto de uso único, descartável e	Und.	48		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	estéril...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)				
34	Atadura elástica - A atadura de compressão elástica com fixação realizada por tiras de Velcro® ou sistema similar, que impeçam o deslocamento acidental durante e após a aplicação; As tiras de Velcro® ou o sistema similar, de-vem fornecer superfícies de aderência durante a aplicação, para ajudar a manter a pressão desejada e a posição da atadura; A atadura deve possuir grampo para fixação ou sistema similar ao seu final; Dimensões aproximadas: 10cm de largura e mínimo de 160 cm de comprimento; Livre de látex; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material;...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	48		
35	Manta térmica - Confeccionada em polietileno aluminizado em toda sua superfície; Não pode deformar; Prova d'água; Capaz de refletir o calor externo, mantendo o calor interno; Acondicionada em embalagem compacta, de fácil abertura; Dimensões aproximadas: 140 cm de largura e 210 cm de comprimento; Acondicionada na embalagem original de fábrica, com identificação e quantidade do material; Registro na Anvisa...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und.	48		
36	Mochila APH-T modular tática - Mochila confeccionada em material Cordura® 500D, fitas de poliamida e acabamento por viés e abertura por meio de fechos eclip. Dimensões aproximadas da mochila fechada: 35cm de comprimento, 52cm de largura e 10cm de altura; Características internas: Painel de instrumentos primário: Painel em Cordura® 500D, contempla sistema de elástico cambiável e tiras em poliamida travetada, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: 31,5 cm de comprimento e 18,0 cm de largura; Quatro bolsos utilitários: Bolso com tela aerada, Cordura® 500D, abertura por fechos eclip, acabamento com viés, sistema de fixação por Velcro®. Dimensões: 32,0cm de comprimento e 10,5cm de largura; Dois bolsos em tela aerada, abertura por fechos eclip situado na aba do compartimento principal;...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)	Und	2		
37	Maca de extração rápida - Maca maleável, compacta, multiuso, empregada em extração de operadores feridos ou de equipamentos sensíveis; Deve permitir que o operador tenha um meio de transportar uma vítima, sem levar equipamentos volumosos e excesso de peso; Tecido em poliamida ou Cordura® lavável; Maca, preferencialmente, na cor preta; Dimensões da maca: 165 a 170 cm de comprimento e 58 a 70 cm de largura; Capacidade mínima: 200 kg de carga; Mínimo de oito alças de transporte, com largura mínima de 5 cm cada; Fita central em poliamida com fivela de fricção para travamento do corpo; Porta-maca deverá ser na cor preta e compatível com a plataforma M.O.L.L.E., para favorecer a	Und	2		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

montagem diretamente no equipamento de combate individual, seja no colete tático modular ou na mochila tática...; (conforme termo de referência, anexo “A”, proposta e termo de homologação do pregão no PNCP)				
VALOR TOTAL REGISTRADO (R\$):				

O quantitativo informado para o presente registro de preços não configura obrigatoriedade quanto a efetivação da contratação. A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo. Conforme item 9.2. do Termo de referência.

REPRESENTANTE - LEGAL

(Datada e Assinada Eletronicamente)

Secretário de Administração (adjunto)

(Datada e Assinada Eletronicamente)

RUBERVALDO O. DO NASCIMENTO

Chefe de Divisão de Registro de Preços

RICARDO DE MORAIS GALLETTI

Subsecretário de Contratações e Registro de
Preços

ANEXO - ARP 9XXX/2025

Formação de cadastro de reserva

Nos termos da Portaria nº 158 PGR/MPU, Art. 15, inciso II, §§ 1º e 2º, seguem os fornecedores disponíveis no cadastro reserva:

**Licitantes ou fornecedores que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do
adjudicatário, observada a classificação na licitação:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

1ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: <i>(razão social) – (CNPJ)</i>
2ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: <i>(razão social) – (CNPJ)</i>
(...)

Licitantes ou fornecedores que que mantiverem sua proposta original:
N1ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: <i>(razão social) – (CNPJ)</i>
N2ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: <i>(razão social) – (CNPJ)</i>
(...)

Orientações para assinatura eletrônica da ata de registro preços:

- Acesse o link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/criar-sua-conta-gov.br> - para criar conta gov.br;
- Acessar o link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login> – para acessar o site de petições eletrônicas e assinaturas - “entrar com gov.br”;
- Realizar o cadastro se o for o caso;
- Se já for cadastrado, verifique a existência de documentos em “Assinatura de Documentos”;
- Assinar a ata de registro de preços com gov.br, após conferência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

ANEXO III
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Local, xx de xxxxx de 2025

[Nome da Empresa proponente]

[Endereço]

[e-mail e telefone]

[CNPJ]

Ao

Ministério Público Federal

Secretaria de Administração do MPF

Ref.: Edital de Pregão 90004/2026 – Proposta

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa Proposta para o(s) item(ns)/grupo(s) abaixo discriminado(s) no valor total de
R\$ _____ (XXXXXXXXXXXX centavos)

GRUPO 1 - (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição	UN	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Bolso APH-T para colete tático modular. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior	un	591		
2	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	un	591		



Procuradoria
Geral da
República

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-5860 - pgr-licitacao@mpf.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

3	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	un	722		
4	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	un	722		
5	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	cx (100)	657		
6	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	un	624		
7	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	pacote (1un)	722		
8	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	pacote (1un)	755		
9	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	un	722		
10	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	un	624		
11	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	un	722		
12	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	un	722		
13	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	un	722		
14	Mochila APH-T modular tática. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou	un	33		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	superior.				
15	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	un	33		
TOTAL					

ITENS

Item	Descrição	un	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
16	Compressa de gaze comum Produto de referência: CREMER Compressa de Gaze 13 Fios 7,5cm x 7,5cm Estéril ou similar;	un	350		
17	Bolsa de calor instantâneo Produto de referência: CLICPAC Bolsa de Calor ou superior;	un	140		
18	Gel para alívio de queimadura -Modelo de referência: BURN FREE Gel ou superior;	un	210		
19	Tala para imobilização flexível - Modelo de referência: SAM Splint 36 inch ou superior;	un	105		
20	Oxímetro portátil - Produto de referência: G-TECH Oxímetro de Pulso Oled Graph ou superior;	un	35		
21	Atadura crepom Produto de referência: CREMER Atadura Crepom Cysne 06cm x 1,8m ou similar	un	350		
22	Respirador Manual Produto de referência: MICRO BVM Pocket ou superior	un	35		
TOTAL					

GRUPO 2 – COTA DE 25% RESERVADO PARA ME/EPP (referente ao grupo 1)

--



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Item	Descrição	U.N	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço Total R\$)
23	Bolso APH-T para colete tático modular. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior	un	39		
24	Porta-torniquete Produto de referência: DESMODUS Porta torniquete semirrígido ou superior	un	39		
25	Torniquete tático Produto de referência: Torniquete NAR CAT® Gen7 ou superior	un	48		
26	Tesoura de ponta romba Produto de referência: MD Black Edition 19cm ou superior	un	48		
27	Luva nitrílica de procedimento Produto de referência: TALGE Luva de Procedimento Nitrílica Sem Talco Azul ou similar	cx (100)	43		
28	Pincel marcador permanente Produto de referência: PILOT Marcador ou similar;	un	41		
29	Gaze com agente hemostático Produto de referência: QUIKLOT Combat Z-Fold ou superior	pacote (1un)	48		
30	Gaze sem agente hemostático Produto de referência: NAR Gauze Wound Packing ou superior	pacote (1un)	50		
31	Bandagem tática Produto de referência: TACMED OLAES Modular Bandages 6 polegadas ou superior	un	48		
32	Cânula nasofaríngea Produto de referência: WELL LEAD Cânula Nasofaríngea Ajustável Estéril ou superior	un	41		
33	Selo de tórax Produto de referência: BEACON Chest Seal - Combo (um ventilado / um não ventilado) ou superior	un	48		



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

34	Atadura elástica Produto de referência: TACMED Solutions Bandagem Elástica 4 polegadas ou superior	un	48		
35	Manta térmica Produto de referência: RESGATE SP Manta térmica ou superior;	un	48		
36	Mochila APH-T modular tática. Produto de referência: WTC Porta APH Tático 0521 B ou superior.	un	2		
37	Maca de extração rápida Produto de referência: WARFARE Maca de Resgate Transporte EMT (Com Bolsa) ou DESMONDUS Maca de Resgate Tático Anthony ou superior	un	2		
TOTAL					

Declaramos, expressamente, que:

1. a presente Proposta é válida por (.....) dias a partir desta data (*no mínimo 60 dias*)
2. concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no Edital e seus anexos
3. estamos familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto, tendo ainda pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizarei para quaisquer questionamentos futuros.
4. para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

☐ O quadro societário desta empresa não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

fiscalização ou na gestão do contrato.

☐ O quadro societário desta empresa possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e/ou pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abaixo identificado.

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

5. a nossa proposta inclui a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Atenciosamente,

[Nome da Empresa Proponente]

[Representante Legal]

....., de de 2026